



O PAPEL DO JORNALISMO

*na defesa da
Amazônia:*

uma análise comparativa
do Brasil e da Colômbia

ABRAJI

FLIP FUNDACIÓN PARA
LA LIBERTAD DE PRENSA



O PAPEL DO JORNALISMO
na defesa da
Amazônia:
uma análise comparativa
do Brasil e da Colômbia

A B R A J I

 **FLIP** FUNDACIÓN PARA
LA LIBERTAD
DE PRENSA

ABRAJI



O PAPEL DO JORNALISMO NA DEFESA DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO BRASIL E DA COLÔMBIA

Asociación Brasileña de Periodistas de Investigación (Abraji)
y Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP), 2024



©Licença Creative Commons.
Atribuição-NoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional



Reino de los Países Bajos

Esta pesquisa foi possível com o apoio de *Embajada del Reino de los Países Bajos en Colombia*. O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva dos autores e não reflete necessariamente as opiniões dessa organização.

ABRAJI

PESQUISAS E TEXTOS

Rafaela Sinderski
Letícia Kleim
Isadora Ferreira
Angelina Nunes

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Rafaela Sinderski
Letícia Kleim

FLIP

PESQUISAS E TEXTOS

Esteban Sánchez
Juan Pablo Madrid-Malo
Natalia Borrero Morales

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

César Paredes
Jonathan Bock
Juan Pablo Madrid-Malo

LEITURA DE PROVAS

Ángela María Agudelo Urrego
María Cristina Hernández Capdevilla

FOTOGRAFIAS ORIGINAIS

Ángela María Agudelo Urrego
Juan Pablo Madrid-Malo

DESIGN E LAYOUT

Laura Merchán Calderón

IMPRESSO POR



06 | Introdução

- 09 | **Jornalismo de emergência: Protegendo os direitos humanos e o meio ambiente na Amazônia brasileira**
- 10 | Compreender a Amazônia brasileira
- 12 | Infraestrutura
- 15 | Sustentabilidade da atividade jornalística
- 22 | Segurança e agressões contra a imprensa
- 28 | Agendas e meios de comunicação
- 31 | Cobrir o meio ambiente
- 36 | Referências Bibliográficas

- 38 | **Desafios do jornalismo na Amazônia colombiana: precariedade, interesses criminosos e desconexão**
- 39 | Compreender a Amazônia colombiana
- 42 | Infraestrutura
- 46 | Sustentabilidade da mídia local
- 49 | Condições de segurança
- 53 | Agendas e mídia
- 57 | Cobertura ambiental
- 62 | Referências bibliográficas

- 65 | **Conclusões**
- 67 | Recomendações



O PAPEL DO JORNALISMO na defesa da Amazônia: uma análise comparativa do Brasil e da Colômbia



O jornalismo ambiental que cobre a vasta região amazônica enfrenta um dos desafios mais importantes para a sobrevivência do planeta. Não se trata apenas de entrar em uma região que contém 25% da biodiversidade terrestre do mundo, 20% da água doce do mundo e 40% da floresta tropical do planeta, mas também de proteger os direitos fundamentais de povos indígenas milenares e combater atividades ilegais que ameaçam sua existência.

Em resposta a essa urgência, a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) e a Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP) uniram forças para abordar os desafios enfrentados pelo jornalismo nesse ambiente, um dos mais difíceis de cobrir devido à sua densidade natural, mas também devido à interseção de interesses econômicos legais e ilegais. As duas organizações produziram um relatório em duas seções, uma sobre a Amazônia brasileira e outra sobre a Amazônia colombiana, identificando os desafios específicos do jornalismo nesses contextos e como suas histórias podem ajudar a proteger a diversificada Amazônia, com sua rica biodiversidade, inúmeras culturas indígenas e recursos naturais únicos, e promover uma sociedade bem informada e comprometida com sua conservação.

Introdução

Brasil e Colômbia compartilham uma fronteira de 1.645 km que se desenha no meio da selva amazônica entre os departamentos colombianos de Amazonas, Guainía e Vaupés e o extenso estado brasileiro do Amazonas. Esses territórios que unem as duas nações são apenas uma porção de um bioma que representa 4,9% da área continental global, onde corre 20% do total de água doce do todo o mundo, é habitat de inúmeras espécies que mantêm um equilíbrio fundamental para o planeta e é, também, território ancestral de mais de 400 comunidades indígenas que protegem esses ecossistemas. Além disso, é a fronteira onde outros 6 países se encontram: Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname. O pulmão do mundo, dizem alguns.

Considerar a Amazônia como um único bioma pode ser uma simplificação se ignorar a rica diversidade de seus povos, territórios e desafios. Reconhecer a Amazônia implica compreendê-la além de uma entidade única e valorizar as múltiplas realidades que nela coexistem. Não é o mesmo falar da vasta Amazônia brasileira em Roraima ou no Mato Grosso, assim como não é o mesmo falar da Amazônia colombiana em Caquetá ou em Putumayo, por exemplo.



Dito isso, essas Amazôncias também compartilham tragédias diárias que não reconhecem fronteiras. Economias ilícitas como o narcotráfico, a mineração ilegal, o tráfico de armas, entre outras, que se traduzem no controle de grupos às margens da lei e que ameaçam o equilíbrio do território, condenam jornalistas ao silêncio, instalado na autocensura e no medo de ameaças e da morte. Nessa questão, também desempenham um papel grandes empresas extrativistas, atividades como a pecuária extensiva ou a expansão da agroindústria, que ameaçam as



cultural. Essas questões transcendem as fronteiras e se tornaram um foco de atenção global.

A riqueza da Amazônia é vista por alguns como um catalisador para o desenvolvimento econômico, enquanto outros a veem como um ecossistema vital que deve ser protegido para garantir nossa sobrevivência. Para os habitantes da região, a realidade é mais complexa e não se limita a uma dicotomia reducionista, pois para eles há várias abordagens e necessidades. À medida que 2024 se aproxima do fim, o foco está na COP16 sobre Biodiversidade na Colômbia, um fórum crucial para a região, onde os impactos do Acordo de Escazú serão avaliados. Esse acordo, há muito debatido pelas nações amazônicas, afirma em seu artigo nove que: *“cada parte garantirá um ambiente seguro e propício no qual as pessoas, grupos e organizações que promovem e defendem os direitos humanos em questões ambientais possam atuar sem ameaças, restrições e insegurança”*.

Apesar desse compromisso, a Colômbia e o Brasil compartilham a triste distinção de serem os países onde mais líderes ambientais são assassinados ano após ano. O último relatório disponível da Global Witness, publicado em 2023, afirma que dos 177 assassinatos em todo o mundo em 2022, 60 ocorreram na Colômbia e 34 no Brasil. Cerca de 36%, 64 pessoas, pertenciam a comunidades indígenas. Falar, agir e denunciar o que está acontecendo na Amazônia é uma questão de vida ou morte.

relações simbióticas que, por milênios, foram construídas e devastam a selva em uma escala alarmante para a humanidade.

Atualmente, a Amazônia está no topo da agenda política, econômica e jornalística global, dada a sua importância estratégica na tripla crise planetária: mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade. As discussões internacionais concentram-se em estratégias inovadoras, como a troca de dívidas por compromissos de conservação ecológica e a proteção de seu patrimônio

Esse contexto é inevitável para a prática do jornalismo nas regiões amazônicas. Cobrir essas questões acareta riscos significativos, desde enfrentar a presença de vários atores armados, a imposição do silêncio, barreiras no acesso à informação e limitações geográficas e econômicas que restringem a cobertura em campo e a análise aprofundada das questões locais. O assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira em 2022 em Atalaia do Norte, Amazonas, Brasil, é um lembrete sombrio dos perigos enfrentados por profissionais que pesquisam e fazem reportagens sobre a Amazônia.

No entanto, a informação sobre o que está acontecendo todos os dias na Amazônia é fundamental para a sociedade como um todo. Na medida em que menos informações estiverem disponíveis, na medida em que as vozes dos defensores continuarem a ser silenciadas, todos nós teremos menos condições de tomar decisões e de exigir que os governos e os órgãos multilaterais tomem providências nesse momento decisivo para o futuro do planeta. Por outro lado, também é essencial observar as reivindicações daqueles que habitam esses territórios diante das visões e narrativas que se instalaram na discussão pública e destacar a necessidade de informações produzidas com abordagens pluriculturais que reconheçam o valor de outras visões de mundo.

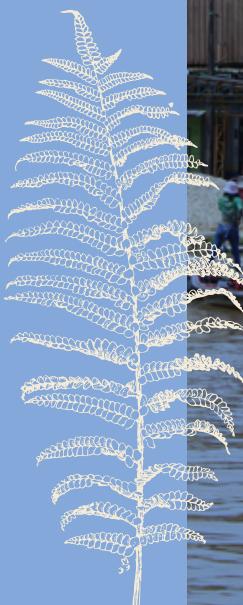
Este relatório examina as condições que afetam o direito à liberdade de expressão, com foco no jornalismo e

em outras formas de produção de informações de interesse público, especialmente na região amazônica da Colômbia e na Amazônia ocidental brasileira. O documento está dividido em duas seções: uma dedicada à Colômbia e outra ao Brasil. Para construir este texto, realizamos entrevistas semiestruturadas com 42 pessoas na Colômbia e 22 no Brasil, incluindo jornalistas e membros de organizações da sociedade civil locais e nacionais que compartilharam seus depoimentos sobre como é fazer jornalismo na região e como ele pode contribuir para a proteção da Amazônia. Além disso, também analisamos a documentação existente e mapeamos os meios de comunicação.

Conscientes da diversidade de perspectivas, a ABRAJI e a FLIP enfatizam que não é nossa intenção estabelecer uma visão única sobre a situação na Amazônia, mas sim incentivar um diálogo mais amplo. Embora nosso escopo seja limitado às áreas e vozes que pudemos explorar, procuramos contribuir com elementos-chave para o debate sobre como o jornalismo pode contribuir para a proteção da Amazônia e garantir que os cidadãos recebam informações cada vez mais completas e precisas.

Jornalismo de emergência:

Protegendo
os direitos
humanos e o
meio ambiente
na Amazônia
brasileira



Compreender a Amazônia brasileira

“São diversos sotaques, três fusos horários. A gente está falando de um mesmo bioma, mas com características bem diferentes. São muitos detalhes, muitos aspectos que formam um mosaico cultural. Minha percepção é que o jornalismo precisa se apropriar muito mais da multiplicidade que existe na região”.

Bruno Tadeu, jornalista e podcaster amazônica.

Colocada atualmente no centro das discussões sobre desenvolvimento sustentável e transição climática, a dimensão e o impacto que a Amazônia possui no Brasil e no mundo fazem com que existam diversas possibilidades de entendê-la e até de delimitá-la. O bioma Amazônia, a floresta tropical úmida localizada na América do Sul, a bacia hidrográfica do rio Amazonas, os limites administrativos, a biodiversidade, os ecossistemas e os povos indígenas e tradicionais, são apenas algumas formas de compreender a região. As diversas Amazôncias que ali existem compreendem uma área de aproximadamente 6,74 milhões km². Já a Amazônia Legal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), tem uma extensão de 5.015.146,008 km², correspondendo

a cerca de 58,9% do território brasileiro, distribuída por 772 municípios em 9 estados, o que corresponde a 61,8% de todo o território amazônico.

Em termos demográficos, os primeiros dados do Censo de 2022, feito pelo IBGE, contabilizaram 867.919 pessoas indígenas nos municípios da Amazônia Legal, equivalente a 3,2% dos residentes totais da região e 51,2% do total da população indígena brasileira¹. O território também concentra o maior número de Terras Indígenas (TIs) do Brasil: 46,4% de toda a população indígena da região reside em TIs, o que representa 64,8% de todos os cidadãos brasileiros que vivem nesse tipo de território. Além disso, a área é casa para outros povos e comunidades tradicionais que ocupam e preservam a floresta, como comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Ainda que os aspectos físicos naturais sejam, com frequência, o que caracteriza o território, como sua enorme biodiversidade, a realidade urbana da Amazônia também merece destaque. A região foi historicamente marcada por cidades de rápida urbanização, resultado de fluxos migratórios que partiram de diversos lugares: refugiados venezuelanos, haitianos e cubanos, populações andinas e até de outras regiões do Brasil, a depender dos ciclos

¹. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal, Umbrellândia Cabral e Irene Gomes. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>

econômicos das indústrias extrativistas. Pode-se dizer que o espaço urbano amazônico é fortemente conectado à floresta, ao ponto de ser chamado de “floresta urbana”, nas palavras da pesquisadora Bertha Becker (RAISG, 2020, p. 9).

Isso faz com que os conflitos ali encontrados sejam marcados pela exploração da floresta, como o desmatamento e o garimpo ilegal, mas também pelos conflitos fundiários e a violência ligada a facções criminosas. O relatório “Cartografias da violência na Amazônia”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destaca que há 22 grupos criminosos/facções diferentes, presentes em ao menos 178 (23%) municípios da Amazônia Legal brasileira, o que contribui para que as taxas de violência letal estejam 45% acima da média nacional. A violência contra indígenas também é um ponto preocupante destacado pela pesquisa. O estado de Roraima é o líder do ranking, com 47,3 mortes violentas intencionais por 100 mil indígenas. Na área, estão localizadas as TIs Raposa Serra do Sol e Yanomami, que, recentemente, sofreu com uma grave crise que resultou na decretação, pelo governo federal brasileiro, de uma situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Ministério de Salud, 2023).

Por ser um território que extrapola os limites nacionais, a dinâmica transfronteiriça tem enorme importância para entender a realidade amazônica, adicionando

ainda mais complexidade aos problemas da área. Informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que redes e mercados criminais atuam na região por meio de atividades como o tráfico de pessoas; conflitos fundiários e agrários, em especial pela invasão de terras indígenas e grilagem; crimes ambientais, como pesca predatória, biopirataria, extração ilegal de madeira e minérios; e narcotráfico.

Diante do desafio de caracterizar e descrever uma região tão ampla e diversa, este relatório, em sua seção sobre o Brasil, vai adotar uma delimitação de espaço, já incorporada em decretos e outros diplomas legais há mais de 50 anos: a que reconhece uma Amazônia Ocidental e uma Oriental. A Amazônia Ocidental é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, enquanto a Oriental é composta pelo Pará², Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Considerando o aspecto binacional deste relatório, a região foco da investigação brasileira será a Amazônia Ocidental, onde se sente de modo mais pronunciado os desafios das fronteiras da floresta. Para dar profundidade à discussão, as próximas páginas trazem, além de dados, as perspectivas de profissionais da comunicação e dos direitos hu-

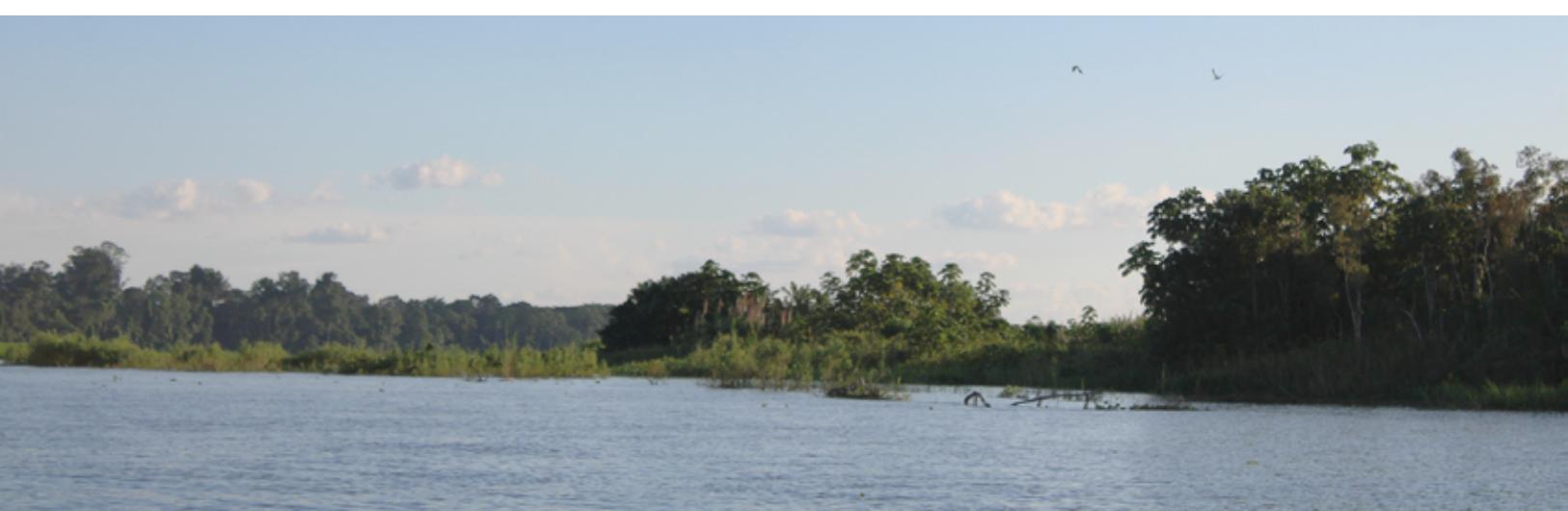
2. Apesar do relatório estar focado na realidade da Amazônia Ocidental, pela relevância nacional e importância regional, algumas entrevistas foram feitas com jornalistas e comunicadores de outros estados, como o Pará, que serão sinalizados ao longo do relatório.

manos que vivem e trabalham na região amazônica brasileira. Eles compartilharam com a Abraji suas histórias e pontos de vista, a fim de nos ajudar a entender como se forma, sobrevive e prospera o jornalismo em terras da Amazônia.

Infraestrutura

A Região Norte do Brasil, onde está localizada a maior parte da Amazônia Legal, enfrenta sérios problemas de infraestrutura e deslocamento, tendo a menor extensão de rodovias pavimentadas do país. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), apenas 13,7%

da malha rodoviária da região tem pavimento (2023). Isso leva ao isolamento econômico e social do território. Além de dificultar a locomoção da população – seja local ou visitante –, prejudica a circulação de produtos e serviços. Essas informações podem fazer parecer que, para alavancar o desenvolvimento econômico e social da região amazônica – e, consequentemente, do resto do país, já que o território provê serviços ecossistêmicos essenciais para a sociedade brasileira – (Chiavari et al., 2022), é preciso investir em mais estradas. Porém, a discussão sobre infraestrutura é muito mais complexa do que isso e possui diferentes facetas que não permitem recorrer a respostas simplistas.



Enquanto a questão do isolamento é uma realidade para a população amazônica e para as empresas que ali atuam, há, em contrapartida, o problema do alto custo de obras e transporte – diretamente relacionado aos desafios de deslocamento –, além da necessidade de preservação do território. Segundo estudo do *Climate Policy Initiative* e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CPI/PUC-Rio), a infraestrutura de transporte terrestre é um dos indutores do desmatamento na região. A pesquisa revela que, até 2006, cerca de 95% do desflorestamento ocorreu em uma distância de até 5,5 km das estradas da área (Chiavari et al., 2022). Outro estudo feito pela RAISG (2020) considerou que as vias pavimentadas têm uma área de impacto de 40km, o que significa que cerca de 4,6 milhões de quilômetros quadrados (km²) do território são tocados pela estrutura atual – o equivalente a 55% da superfície total.

O transporte fluvial parece mais natural para a região por sua capilaridade, resultado de abrigar a maior bacia hidrográfica do mundo. Por isso, é parte do cotidiano das comunidades que ali vivem. No entanto, o território e sua população sofrem com a precariedade das embarcações, com a informalidade desse modo de transporte, com as alterações nos períodos de seca e cheias, entre outros problemas que afetam o deslocamento pelas vias fluviais (Virga e Nieves, 2023). O grave déficit em infraestrutura exige grandes investimentos para reverter

tal cenário – o que tem sido feito, sobretudo, pelo setor privado, em especial por grandes empresas exportadoras ligadas a atividades de alta rentabilidade (Rocha, 2024). Porém, esse investimento em logística tem sido acompanhado pelo desmonte das políticas socioambientais no território (Inesc, s.f.). Reconhecendo a complexidade da situação, os pesquisadores do CPI/PUC-Rio sugerem, em seu estudo, que, antes que sejam feitos novos projetos de infraestrutura na região amazônica, é essencial que tais iniciativas sejam embasadas em análises socioambientais aprofundadas, que vão além do licenciamento ambiental, como maneira de atenuar seus potenciais impactos negativos.

“[Na região amazônica],
há o risco da sustentabilidade para
as organizações jornalísticas”.
Sérgio Lüdtke, presidente do Projor.

O problema da infraestrutura também impacta a comunicação e o acesso à informação nos estados da Amazônia Legal. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios (Cetic, 2022), somente 58% das residências do Norte brasileiro têm acesso à internet via cabo ou fibra óptica. É a segunda proporção mais baixa do país, muito próxima da última posição, que é do Nordeste, com 57%. Contudo, a região se destaca quando se trata de conexão via rede

móvel: 27% dos lares nortistas dispõe desse tipo de acesso, 9 pontos percentuais a mais do que o Sudeste, que ocupa o segundo lugar com 18%.

Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel, 2023) revelam que estados da Amazônia Legal despontam entre as Unidades Federativas brasileiras com maior número de escolas públicas sem acesso à internet ou mesmo energia elétrica. No Acre, 35,3% das unidades de ensino não têm energia elétrica e 46% não dispõem de conexão com a internet. Para Roraima, esses números são de 21,5% e 36,1%; para o Amazonas, 19,9% e 40,9%; e 12,2% e 27,9% para o Pará.

Não há dúvidas de que esse quadro tem implicações na produção e consumo de conteúdos jornalísticos em território amazônico. Segundo o Atlas da Notícia (2024), há 1.330 veículos de comunicação ativos no Norte, bem menos do que os 1.909 do Centro-Oeste, 2.745 do Nordeste, 3.833 do Sul e 4.742 do Sudeste, principalmente se considerarmos que o Norte é, em extensão, a maior região do Brasil. A boa notícia é que houve uma redução nas áreas definidas como “desertos de notícias” no território e 95 municípios nortistas deixaram de ser classificados dessa maneira em 2023. A redução foi de 30%, segundo Sérgio Lüdtke, presidente do Projor e coordenador da equipe de pesquisadores do Atlas da Notícia. “Muitos desses veículos [do Norte] fazem uma cobertura sócio ambiental e denunciam ataques a jornalistas em áreas de risco. A

gente também vê o crescimento do uso de redes sociais nessas organizações”, explica.

Ainda há 189 municípios nortistas – do total de 450 – que não contam com nenhuma empresa, organização ou iniciativa de comunicação. Para Lüdtke, um dos maiores desafios enfrentados pelo jornalismo local é a falta de financiamento. “Há muitas zonas de conflito e há a questão da sustentabilidade desses veículos de comunicação. Às vezes, o veículo local, que tem dificuldade de buscar apoio pela publicidade ou pelo público, acaba sendo refém do poder público municipal, porque é onde, normalmente, está a maior fonte de recursos, principalmente nas pequenas cidades”.

Além disso, a própria geografia do território dificulta o trabalho jornalístico. “As distâncias e o tamanho territorial desses municípios também fazem com que a cobertura seja mais limitada”, afirma Sérgio Lüdtke. Isso deixa os meios de comunicação à mercê de acordos e disputas políticas, prejudicando a autonomia dos jornalistas da região. Essa é uma reflexão feita por Artur Romeu, diretor do escritório da RSF para a América Latina. “Os jornalistas que estão operando nesse contexto têm que fazer um cálculo permanente de até onde podem ir ou não. Ao contar determinadas histórias, quais são os calos que vão estar pisando, quais as potenciais represálias que grupos de poder podem gerar e como isso vai impactar seu trabalho”.



Sustentabilidade da atividade jornalística

“Existe um processo focado em mostrar que a floresta é um atraso.”
Fábio Pontes, jornalista acriano.

Diante desse contexto, fazer jornalismo em território amazônico é viver sobre a corda bamba entre a falta de financiamento e a interferência de políticos locais. Dentro das grandes redações, que costumam ter mais recursos econômicos para cobrir a região, a influência de figuras de poder – que, frequentemente, financiam as atividades dos jornais com verbas para anúncios, por exemplo – pode abafar críticas e vozes dissonantes. “O fator político é muito forte. Acho que é o ponto principal. Dentro de alguns veículos, não se pode falar sobre política, não se pode falar dessa ou daquela prefeitura, não se pode falar disso ou daquilo. Isso acaba inibindo, muitas vezes, um jornalismo mais social e de denúncias”, afirma J.³, repórter roraimense que já passou por diferentes meios de comunicação em seu estado.

Também atuando em Roraima, Valéria Oliveira, editora e repórter do *G1*, portal vinculado ao Grupo Globo de

³. Nome omitido para proteger a identidade do entrevistado.

comunicação, corrobora com a perspectiva de J. “Existem políticos que têm certo domínio e influência sobre determinadas regiões. Isso pode colocar o jornalista numa evidência negativa, no sentido de segurança”. Além disso, jornalistas locais podem sofrer perseguições políticas que prejudicam suas trajetórias profissionais. “Pessoas poderosas têm acesso a tudo: a quem emprega e a quem demite. Isso nunca me aconteceu e nunca aconteceu com ninguém próximo a mim. Mas acho que seria totalmente possível”, revela a repórter.

Um contexto assim pode fazer com que a imprensa local assuma fortes traços de jornalismo declaratório – quando as peças jornalísticas se limitam a reproduzir declarações dadas por autoridades e fontes, sem trazer reflexões e investigações mais aprofundadas. O professor da Universidade Federal de Roraima e líder do grupo de pesquisa “Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia”, Simão Farias Almeida, explica essa dinâmica: “Eu posso dar o exemplo de Roraima. Foi o estado em que o ex-presidente Jair Bolsonaro teve a maior votação⁴. Então, surge no campo jornalístico a questão de como lidar com certas pautas. Temos uma sociedade local conservadora, que tem uma ideologia mais re-

ligiosa, com caráter neoliberal, de desenvolvimento, de menos terra indígena”. Isso faz com que grandes meios de comunicação limitem o espaço e monitorem o tom de pautas consideradas mais progressistas, como as sobre povos indígenas, direitos humanos e meio ambiente.

Fábio Pontes, jornalista acriano e fundador do jornal *Varadouro*, sustenta um ponto de vista complementar. Com mais de uma década de experiência na cobertura de meio ambiente, povos indígenas e comunidades extrativistas, crises migratórias e mudanças climáticas, o profissional enxerga na religião um vetor de forte influência na atividade jornalística em terras amazônicas. “Uma explicação para isso é a ascensão e a consolidação das igrejas evangélicas neopentecostais como uma grande força política no Acre e em toda Amazônia. A gente sabe que é nessas congregações religiosas que se consolida a principal força da extrema-direita, que tem esse discurso contra direitos humanos e antiambiental”. De fato, o Censo 2022 mostra que a região Norte é a que mais possui templos religiosos no país, com 459 para cada 100 mil habitantes. A média nacional é de 286 igrejas para cada 100 mil brasileiros.

Esse panorama contribui para a propagação da ideia de que a preservação do ecossistema gera atrasos no desenvolvimento econômico e social do território. “[O discurso conservador sustenta] que a floresta é um empecilho para o crescimento da região e que a solução é o boi, é a soja, é o desmatamento”, reitera Pontes.

4. Com 69,57% dos votos, Roraima deu a Jair Bolsonaro (PL) o maior percentual de votação entre todos os estados do Brasil na eleição presidencial de 2022.

“Tenho colegas que fizeram trabalhos muito arriscados e que hoje estão desempregados”.

Cícero Pedrosa, repórter paraense multimídia.

Ainda que o jornalismo independente pareça a resposta para fugir da armadilha política que envolve o campo jornalístico na região, esse modelo, frequentemente, esbarra em obstáculos financeiros. A falta de investimentos enfraquece meios e iniciativas de comunicação locais, que lutam para se manter funcionando com pouco dinheiro. É o caso do jornalista e acadêmico Bruno Tadeu, criador e produtor do podcast *Afluente*, focado em pautas sobre a Amazônia. O projeto, que faz um jornalismo de profundidade, enriquecido com contribuições acadêmicas do Norte brasileiro, batalha para expandir sua audiência – que ainda é pequena e vem, sobretudo, da região Sudeste – e conquistar estabilidade econômica, já que ainda não dá retornos financeiros a Tadeu. “Eu sigo acreditando que é possível viabilizar esse projeto para que seja uma fonte de renda, pelo menos para que eu possa sobreviver e fazer o jornalismo que eu acredito e que eu gosto”.

Em sua posição de produtor independente, Bruno Tadeu não sente que a censura é um elemento presente no dia a dia de seu trabalho – uma realidade bem diferente da vivida por seus colegas de profissão que estão

ou estiveram em empresas de comunicação maiores. Isso revela uma dinâmica complexa: o que permite que veículos e projetos sejam livres para abordar a realidade da região é, também, o que desafia sua existência. São poucas as iniciativas que têm aporte financeiro para se manter em pé sem que isso custe sua independência.

Mas não são apenas elementos externos – como a política, a infraestrutura e as atividades ilegais praticadas na região –, que prejudicam jornalistas na Amazônia brasileira. O ambiente hostil que domina algumas redações, provocado pela censura e pelo assédio moral, e a precarização do trabalho jornalístico, causado pela “pejotização”, ameaçam implodir o campo profissional. A dinâmica de pejotização consiste em contratar repórteres, fotojornalistas, documentaristas e outros comunicadores como prestadores de serviço e pessoas jurídicas, tirando de jogo a estabilidade de um emprego regular e os direitos trabalhistas – como férias, 13º salário e auxílio desemprego – garantidos pela legislação brasileira. “Tenho muitos colegas que fizeram trabalho de fôlego, muito arriscados, e que hoje estão desempregados”, conta Cícero Pedrosa, repórter paraense multimídia e cientista social, que cobre temas ligados à Amazônia há cerca de sete anos. Para ele, mais do que manter trabalhadores na instabilidade, a precarização também os coloca em perigo, já que não oferece proteção nem a curto, nem a longo prazo. “Quais são as garantias que eu tenho para os próximos anos de



que eu não vou ser alvo de um atentado [por causa de uma investigação]?”.

“É estrategicamente pensado para ser isolado”.
Catarina Barbosa, jornalista paraense.

Jéssica Botelho, jornalista e pesquisadora responsável pelo levantamento do Atlas da Notícia no Norte, explica que há uma prevalência de veículos nativos digitais e de

rádio na região e que, no último ano, a metodologia do projeto passou a considerar as rádios comunitárias como meios de comunicação a serem contabilizados na coleta, ainda que nem sempre sejam iniciativas de jornalistas. “Elas têm um papel muito importante na região. Conseguem chegar em lugares onde a mídia, digamos, mais convencional e comercial não consegue. Então, cumprem um papel de veículo de informação”. A maior parte dessas rádios está vinculada a associações da sociedade civil ou igrejas.

Botelho também comenta a forte presença de meios de comunicação on-line em uma região em que a conexão com a internet é problemática. “A internet facilita muitas coisas, diminui os custos para criar um veículo jornalístico. Mas também existe um cenário de desigualdade que se reflete na conexão. Temos toda uma infraestrutura de rede elétrica, por exemplo, que poderia servir para internet, mas não serve. Só serve para gerar energia para outras regiões, enquanto a região [Norte] tem a conta de energia mais cara do país”.

A infraestrutura, ou a falta dela é um forte motivo para a existência de desertos de notícias em território amazônico e, somada ao problema da sustentabilidade financeira, desafia o trabalho de jornalistas e comunicadores locais. Além disso, a região costuma cobrar alto daqueles que transitam por ela. Essa afirmação pode ser figurativa, já que o território abriga diversos riscos, mas também é literal. Nos círculos políticos e acadêmicos brasileiros, muito se fala sobre o “Fator Amazônico” ou “Custo Amazônico”, termos utilizados para tratar dos custos adicionais de logística e transporte que envolvem operações comerciais, logísticas ou de serviços realizadas dentro dos estados amazônicos. Esses custos também pesam no orçamento de empresas de comunicação e jornalistas independentes que cobrem suas localidades, adicionando mais uma carga financeira a uma atividade que já pena para se manter em pé. “Você pode demorar quatro, até seis horas para chegar

em um determinado lugar [da região amazônica]. O deslocamento é muito caro. E, provavelmente, nesse trajeto você fica off-line. A falta de comunicação talvez seja um dos desafios que mais estejam relacionados à insegurança [de jornalistas]”, resume Valéria Oliveira.

Para Catarina Barbosa⁵, jornalista investigativa com foco em violações de direitos humanos e meio ambiente, toda essa inacessibilidade é, em certa medida, intencional. “É estrategicamente pensado para ser isolado, ocupado, dominado, invadido. O termo certo é invadido. Para poder ser usurpado, ter seus minérios explorados, para poder colocar gado em cima, plantar soja para um lucro que a gente está acostumado a ver nos noticiários e que acontece o tempo todo”.

“Se você não está ligado, não percebe o perigo”.
Alexandre Cruz-Noronha, fotojornalista acriano.

Com anos de experiência na cobertura de temas ambientais e de direitos humanos, Alexandre Cruz-Noronha, fotojornalista e documentarista acriano, aponta o próprio

⁵. Catarina Barbosa, apesar de morar no Pará, estado fora do recorte geográfico adotado pelo relatório para focar na Amazônia Ocidental, foi incluída entre as entrevistadas por ser jornalista amazônica e feminista reconhecida pelo trabalho premiado na cobertura de violações de direitos humanos e visão singular das dinâmicas socioambientais da região amazônica.

território como um dos elementos mais ameaçadores para quem trabalha com comunicação na região amazônica. Para ele, questões como o deslocamento em seu estado são grandes obstáculos em determinadas coberturas jornalísticas. “Tudo parece muito mais difícil, é muito mais caro. Você pode sofrer um acidente qualquer dia. Por exemplo, no Acre, dependendo aonde você vai e a época do ano, você não consegue nem ir de barco, porque, às vezes, o rio está seco”. O oposto também pode ocorrer, explica. Em períodos de muita chuva, podem se formar “balseiros”, pedaços de árvores e outras vegetações que são arrastadas para dentro das águas do rio, tornando a locomoção difícil e perigosa.

Essas particularidades da terra podem ser ignoradas por jornalistas que não são da região. Isso pode colocá-los em risco e pode fazer com que suas matérias percam profundidade ao não captar os contextos que permeiam a vida no local. O mesmo pode ocorrer com meios de comunicação de outras partes do Brasil e do mundo, que nem sempre compreendem a realidade dos moradores e dos próprios jornalistas locais. “Não é só uma pauta, é todo um contexto de vivência. Às vezes, você precisa explicar que não vai entregar [a matéria] hoje porque sua casa alagou. [É preciso] saber como funcionam os períodos de alagações aqui, mas quem não é [da região] não entende muito bem”.

Outra preocupação com repórteres, editores e meios de comunicação de fora da Amazônia é a reprodução e a

formação de expectativas com base em estereótipos. Para exemplificar, Alexandre conta sobre uma cobertura fotográfica que fez para um jornal internacional. A editoria de fotografia do veículo pediu uma imagem de um padre, personagem da matéria, em um barco. A ideia, ainda que fosse conceitualmente interessante, tinha suas bases em um lugar-comum e se afastava da realidade de quem se locomove pelas vias fluviais da região. “Ela [a editora] imaginava um padre, vestido de padre, em pé numa canoa, no meio da Amazônia. Mas quem está aqui sabe que ninguém anda de canoa no meio da floresta. Você vai andar com um barco a motor”. Por isso, o olhar local é tão importante em conteúdos jornalísticos que falam sobre o território amazônico. “A gente não romantiza tanto. Sabemos o que vamos encontrar. E também o que fazer”, afirma o fotojornalista.

Para além dos perigos da terra, jornalistas e comunicadores amazônicos também enfrentam a violência que, infelizmente, acompanha coberturas políticas, ambientais e sobre direitos humanos na região. O Acre e outros estados da Amazônia Ocidental são rota de tráfico de drogas, e outras atividades ilegais que marcam a dinâmica transfronteiriça com os países vizinhos, como a Bolívia, a Colômbia, o Peru e a Venezuela. Fazer jornalismo nesse contexto se torna ainda mais complexo. “Você está se deslocando no rio. No rio tem tráfico de drogas. Pode ser uma pauta tranquila sobre religião, mas passa o trafi-

cante e vê você com a câmera. Não se sabe o que pode acontecer”, conta Cruz-Noronha.

Segundo a fundadora da agência de jornalismo independente e investigativo *Amazônia Real*, Katia Brasil, as ameaças aos jornalistas amazônicos são variadas e vêm de “todos os lados”, tanto de grupos criminosos, com ameaças e violência física, quanto dos poderes político e econômico, que censuram e oprimem. “Dizem que a imprensa é o quarto poder. A gente tem, realmente, um poder grande de contar as verdades sobre o que acontece na sociedade. [Mas, com a violência,] todas são violadas: a liberdade de imprensa e de expressão, porque essas pessoas [com influência política e econômica] se acham no direito de fazer o que querem com o trabalho do jornalista”.

Como pontuado por Katia Brasil, as ameaças são diversas. Não é possível falar sobre “a” Amazônia e suas características ou problemas. É preciso entender que a região é plural e cada estado ou localidade tem suas dinâmicas, traços e desafios. É o que defende Catarina Barbosa, que costuma produzir investigações para a SUMAÚ-MA, plataforma de jornalismo focada no território: “São muitas Amazôncias, muitas realidades. Dependendo do lugar onde você está, vive uma realidade completamente diferente das outras”. Uma região tão extensa não pode ser tratada como um espaço homogêneo. Ainda assim, jornalistas locais lutam para que a diversidade do território seja reconhecida.



Diferentes localidades e contextos significam, também, diferentes problemas. O jornalismo feito em cada um dos nove estados amazônicos carrega seus traços próprios e enfrenta obstáculos distintos. No Pará⁶, por exemplo, os conflitos fundiários são uma questão em destaque, e a combinação do agronegócio, dinheiro e política leva muitos jornalistas à autocensura. “Já fiz matéria sem assinar. Já fiz matéria que a Eliane [Brum, diretora da SUMAÚMA] decidiu não publicar, porque tínhamos mais a perder do que a ganhar. A gente poderia ter se colocado em risco”, conta Barbosa. Dentre os entrevistados pela Abraji, quase metade mencionou a autocensura como uma forma de autoproteção.

No Amazonas, o agronegócio também tem força. Clayton Pascarelli, apresentador na TV Norte Amazonas, afiliada do SBT, afirma que profissionais do sul do estado sofrem com muitas ameaças porque estão próximos do chamado “arco do desmatamento”, que fica perto da fronteira com Rondônia e Acre. A área possui extensa produção de gado, com a destruição da floresta gerada pelo pasto. “Essa galera [do agronegócio] tem muito poder mesmo e faz ameaças muito claras. É do tipo que acha que manda no estado como um todo. E olha que

existe uma distância muito grande entre a capital e o sul [do Amazonas]”, revela. Pascarelli também aponta grande interferência do tráfico de drogas na área da tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia e menciona os perigos de tratar da questão indígena – principalmente perto do município de Parintins, a 369 quilômetros da capital Manaus – e do contrabando de animais no estado.

Segurança e agressões contra a imprensa

*“A gente tem medo de morrer”.
J., repórter amazônica.*

Para J., fazer jornalismo em seu estado natal é um risco. Vivendo e trabalhando em Roraima, no extremo norte do mapa brasileiro, o profissional acumula mais de 10 anos de experiência em coberturas que vão de política à questão ambiental, passando por pautas sobre economia, Poder Judiciário e questões humanitárias. O que ele também acumulou ao longo da década de profissão foram ameaças e situações de violência, vividas no dia a dia do trabalho. O custo de dedicar-se a tópicos de interesse público na região amazônica é alto e J., assim como muitos outros jornalistas da área, acabou por pagá-lo com sua segurança e saúde mental. O medo, segundo ele, é de morrer por causa do trabalho. “[As ameaças] vêm de

⁶. O estado não compõe a Amazônia Ocidental brasileira, foco deste relatório, mas foi mencionado pela entrevistada e incluído na publicação para dar contexto à sua história.

inúmeros lados. Eu presenciei ameaças que vieram via redes sociais, que hoje é muito frequente. Tenho conhecimento de colegas que tiveram que ir embora do estado por ameaças de morte, por conta de garimpeiros”, conta. Na internet, as agressões tomam forma de discursos estigmatizantes que tentam minar a credibilidade de jornalistas e do jornalismo de modo geral, carimbando notícias de veículos de imprensa como “fake news” e acusando seus profissionais de serem manipuladores e incompetentes. Fora do ambiente on-line, a violência assume outros traços.

O relatório *Amazônia: Jornalismo em Chamas* (2023) publicado pela organização internacional Repórteres Sem Fronteiras (RSF) revela que, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023, foram registrados 66 casos de ataques à imprensa nos nove estados da Amazônia Legal, 16 desses diretamente ligados a cobertura de temas como agronegócio, mineração, povos indígenas e violações de direitos humanos.

Segundo Artur Romeu, diretor da RSF na América Latina, a região amazônica, de maneira ampla, tem sofrido com o aumento da violência relacionada a organizações criminosas que têm se fortalecido no Norte. E a violência contra jornalistas, por sua intensidade e frequência, tornou-se algo sistêmico, difícil até de ser reconhecido. “Esse processo de violação à liberdade de imprensa é tão estrutural e já acontece há tantos anos que, às vezes, jor-

nalistas que atuam no local têm dificuldade de entender esses episódios como uma tentativa de silenciamento”, explica. Para ele, o resultado disso é a naturalização, em alguma medida, dos ataques e da censura, como se as agressões fossem “ossos do ofício”.

De acordo com Ariel Bentes, jornalista e pesquisadora que participou da produção do relatório *Amazônia: Jornalismo em Chamas*, as violências mapeadas durante a pesquisa foram diversas. “Em geral, identificamos [muitos casos de] ameaças de morte e assédio judicial. Muitas das ameaças partiram de representantes do poder público, em coletivas de imprensa ou on-line, ou eram ameaças que chegavam na casa dos comunicadores”. Ela reforça uma informação trazida em diferentes pontos desta publicação: que os temas político, ambiental e de direitos humanos geram mais violência contra jornalistas. Nessas circunstâncias, muitos repórteres, fotojornalistas e editores evitam a exposição de pautas investigativas, buscando o anonimato ou até escolhendo não trabalhar em determinadas coberturas.

O repórter J., por exemplo, prefere manter o anonimato por medo de represálias, especialmente depois que um colega de trabalho foi sequestrado, agredido e teve a família ameaçada devido às repercussões de seu trabalho como jornalista. Além das histórias com amigos e colegas, J. viveu suas próprias experiências relacionadas a agressões e perseguição. O profissional lembra de um

caso envolvendo um empresário poderoso e bem relacionado com políticos da região, que conseguiu, em tempo recorde, licenças para pesca artesanal em uma área onde já atuavam grupos ribeirinhos. A cobertura do episódio rendeu ameaças de “consequências graves” ao jornal em que J. trabalhava na época. Em outra situação, o jornalista foi assediado por um agente envolvido em uma de suas pautas, que conseguiu seu número de telefone e questionou quem eram suas fontes. “Estamos falando de um estado que é muito pequeno, né? É muito fácil conseguir o contato de alguém, de um jornalista, apenas para ligar para ele e para, de alguma forma, tentar intimidá-lo”.

Nessa mesma linha, Alan Chaves, repórter da *Agence France-Presse (AFP)* em Roraima, acrescenta as reações de alguns grupos de cidadãos à lista de elementos que dificultam o trabalho de jornalistas no estado – endossando o que já havia sido falado sobre o conservadorismo da população amazônica, em especial a roraimense. O profissional lembra de algumas experiências que viveu ao reportar para outros meios de comunicação na região. “A população também não aprova tanto [a atuação de jornalistas] por ter aquela ideia de ‘mídia golpista’, de ‘mídia esquerdista’. Inclusive, a gente deixava de assinar algumas matérias, às vezes, quando a pauta era mais sensível, para evitar um mapeamento [de jornalistas]”.

Segundo o monitoramento realizado pela Abraji em 2023, 70% dos ataques contra jornalistas e meios de



comunicação registrados na região Norte do país foram classificados como “agressões e ataques”, o que inclui casos de agressão física, ameaça, destruição de equipamentos, perseguição e intimidação. A proporção é muito superior à média nacional de 38,2%, mesmo sabendo que há subnotificação dessa violência, resultado da própria autocensura que ela produz.

O contexto de violência, insegurança e instabilidade também afeta a saúde mental dos profissionais de imprensa que trabalham na região amazônica. Além disso, o impacto das histórias contadas atinge muitos jornalistas de modo pessoal, principalmente aqueles focados em pautas ambientais e de direitos humanos. “Se você tiver um envolvimento verdadeiro com as pessoas de quem está contando as histórias, não tem como não adoecer. Não tem como passar incólume por isso”, defende o repórter paraense Cícero Pedrosa.

Para Pedrosa, entre os diversos tópicos com os quais já trabalhou, cobrir o caso relacionado ao jornalista britânico Dom Phillips e ao indigenista Bruno Pereira foi o mais desafiador. Phillips e Pereira foram assassinados no início de junho de 2022 na região da Terra Indígena Vale do Javari, que fica na fronteira com o Peru e a Colômbia e está localizada no estado brasileiro do Amazonas. “Foi um dos trabalhos mais intensos para mim pelo risco que é reportar na Amazônia e por viver as angústias de perder companheiros aqui, também”. Durante suas inves-

tigações, seu medo é o de encontrar um destino similar ao de seus colegas. “Eu posso ser uma pessoa morta no meio dessas histórias. Eu posso, sim, sucumbir diante de uma situação como essa, porque é muito comum aqui [no Pará]. A estrutura de poder toca a superfície do que ainda é uma marca do coronelismo”, afirma.

“O caso chegou como uma bomba aqui na cidade”, descreveu Nailson Tarzon jornalista de Atalaia do Norte, município onde ocorreram as mortes. Um dos primeiros a receber a notícia, quando ainda se tratavam de desaparecimentos, ele relata que o caso teve um impacto muito grande na região, que passou a receber muita atenção nacional e internacional. Apesar de ter acontecido, em um primeiro momento, o arrefecimento das ameaças e pressões na região, juntamente com promessas de melhorias em políticas públicas de proteção, essa mudança não se concretizou quase dois anos depois dos assassinatos. Jornalistas, comunicadores e organizações da sociedade civil relatam que o abandono voltou a descrever sua relação com o poder público. Takelson Vasques, comunicador da cidade de Benjamin Constant, vizinha a Atalaia, conta que o episódio, na verdade, piorou a relação do narcotráfico e de outras atividades ilegais com comunicadores locais. A Rede de Comunicadores Indígenas do Alto Rio Solimões, onde colabora como fotógrafo, recebeu ameaças diretas para parar de reportar sobre as mortes, e os indígenas passaram a ser responsabilizados

pela atenção que a região passou a receber, que atrapalhou o fluxo das mercadorias ilegais.

Ao mesmo tempo, os relatos de radialistas e comunicadores na região apontam uma falta de valorização do trabalho pelas autoridades públicas. Ao não serem considerados como jornalistas, são impedidos ou ignorados quando pedem acesso a informações – que, muitas vezes, são enviadas primeiro a profissionais de fora da região. A dificuldade de fazer cumprir a Lei de Acesso à Informação (LAI) no contexto local se torna ainda mais complexa diante das pressões sobre o trabalho jornalístico, pois os conteúdos produzidos e divulgados precisam estar embasados em comunicados oficiais dos poderes públicos.

Ainda sobre o quadro de violências que impactam a região amazônica, as cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga e Leticia (Colômbia) são fortemente marcadas, por um lado, pelas ações de invasores de Terras Indígenas e de grupos criminosos que exploram a floresta ilegalmente – e estão relacionados a esquemas nacionais e internacionais de tráfico –, e, por outro, pela pressão dos políticos locais. Isso se soma aos desafios estruturais de fazer jornalismo na região, como falta de recursos financeiros e humanos, instabilidade da conexão com a internet e enormes distâncias a serem cobertas pelos repórteres. Todos esses elementos resultam em um cenário árduo que impede que profissionais locais façam críticas e perguntas sensíveis – pontos que caracterizam

o jornalismo investigativo – sem temer por sua própria vida. A autocensura marca a realidade daqueles que atuam no Alto Solimões, por exemplo, ao mesmo tempo que surgem iniciativas colaborativas de comunicação popular de e para as próprias comunidades, antes isoladas do que se passava dentro e fora da região.

“A gente ia sem saber se ia voltar”.

Katia Brasil, jornalista amazônica.

Outro problema que, frequentemente, afeta a rotina de trabalho de jornalistas que cobrem a região Amazônica é a falta de protocolos de segurança que possam protegê-los das ameaças naturais, oferecidas pela geografia do território, e humanas, ligadas às atividades políticas e econômicas, por vezes ilegais, que se desenrolam nos estados. A responsabilidade disso é, em alguns casos, individual, já que muitos profissionais negligenciam as complexidades e perigos de trabalhar na região. Mas garantir a segurança dos trabalhadores também é função das empresas de comunicação que contratam os jornalistas e seus serviços.

Entre os jornalistas entrevistados pela Abraji, quase um terço disse não seguir um protocolo de segurança durante suas coberturas. A lacuna existe, principalmente, entre os profissionais de grandes redações, escritórios locais de meios de comunicação com alcance nacional.

Contudo, o tema ainda é uma preocupação de muitos comunicadores ouvidos. “Diversas vezes, coloquei minha vida em risco sem saber”, diz Catarina Barbosa, que, hoje, na SUMAÚMA, segue um estrito manual de segurança envolvendo comunicação esporádica com sua equipe, códigos de vestimenta e estratégias de interação com fontes e habitantes locais – inclusive, a questão das roupas, da necessidade que Catarina sente de escolher peças neutras e pouco reveladoras, evidencia diferenças de gênero que

se refletem no modo de trabalho e na violência que jornalistas sofrem no dia a dia. Para Katia Brasil, da *Amazônia Real*, o foco na segurança representa um novo tempo no jornalismo. “Há cerca de 15 anos, os jornais não se preocupavam com a segurança do jornalista. A gente ia para campo em locais muito remotos da Amazônia e não tinha nenhum tipo de segurança. Não tinha equipamentos, também. Celular, satélite, notebook. A gente ia sem saber se ia voltar”, conta.



Agendas e meios de comunicação

*“O ethos salvacionista do homem branco persiste”.
Cícero Pedrosa, repórter paraense multimídia.*

Fazer jornalismo na região amazônica carrega complexidades difíceis de captar por quem não possui vivências dentro do território. É necessário ter um conhecimento profundo das questões políticas, econômicas, geográficas e sociais que atravessam o lugar para não cair em narrativas rasas e maniqueístas sobre seus temas.

O conhecimento sobre a região também é essencial para fugir dos olhares colonizadores e maniqueístas que tendem a aparecer em coberturas nacionais e internacionais. Com frequência, os olhos do mundo se voltam para o território para tratar de questões ambientais, esquecendo-se dos elementos políticos e sociais que cortam esse tópico, bem como dos desafios estruturais que o terreno apresenta para quem vive e trabalha em solo amazônico.

Para o jornalista e cientista social Cícero Pedrosa, essas falhas na representação da região são reflexos de um *ethos* – ou seja, um comportamento estruturalmente instaurado – de salvador branco. São efeitos de um olhar colonizador que leva alguns repórteres e meios de comunicação de fora da Amazônia a acreditarem que estão fazendo favores às pessoas e comunidades locais por

retratar suas realidades em matérias jornalísticas. “É a ideia de que eu não saio do meu lugar de privilégios, eu não saio do meu lugar ou de onde eu estruturei a minha forma de ver o mundo, para tentar compreender a realidade das pessoas com quem eu vou ter contato”, explica, “É como se a pessoa tivesse ido para um grande safári. É uma conduta muito *Globo Repórter*⁷ dos anos 90, que ‘desbrava’, que ‘descobre’. É um jornalismo demodê, que já não cabe mais hoje em dia”.

A ideia de “dar voz” a indivíduos e populações, tão comum nos discursos sobre a prática jornalística, também reverbera uma narrativa de invisibilização e inferiorização. “Essas populações [amazônicas] sempre tiveram vozes e sempre gritaram por socorro. Sempre lutaram por seus territórios, pela manutenção das suas culturas e tradições. O fato é que a grande mídia e os veículos de imprensa nunca deram o lugar devido a essas populações. Como jornalistas locais, estamos aí para ecoar essas vozes e fazer com que elas sejam amplificadas”, defende Pedrosa.

Nesse contexto, ser um profissional local é uma vantagem pela consequente profundidade que podem dar às histórias. Ter crescido ou vivido no território torna mais fácil traduzir o que está acontecendo dentro de suas fronteiras. Porém, estar “em casa” também é um fator que

7. Programa veiculado pela Rede Globo de Televisão.

intensifica os perigos. “A gente trata de cidades que têm cinco, dez, quinze mil habitantes. Nessas cidades, o jornalista mora, praticamente, ao lado do comerciante ou do político que ele está denunciando. Assim, fica sujeito a sofrer ameaças ou coação de qualquer espécie, de uma forma muito rápida e brutal. Isso inibe o jornalismo na região amazônica. A gente tem pouquíssimos jornalistas que fazem um trabalho independente. A grande maioria se resume a reproduzir releases”, conta Alan Alex, jornalista de Rondônia e editor do site Painel Político. Ele conhece essa conjuntura a fundo, pois precisou deixar seu estado devido às ameaças que recebeu por seu trabalho investigativo e, hoje, vive exilado no Distrito Federal.

“A comunicação se tornou uma ferramenta de luta”.
*Tiago Kirixi Ramos Gomes Munduruku,
jornalista indígena.*

Um passo importante para que haja mais acurácia e representatividade no jornalismo que cobre pautas na região amazônica, principalmente sobre povos indígenas, envolve dar espaço para que representantes desses povos e comunidades falem por si, comuniqueem suas próprias questões e contribuam para a construção de conteúdos que tratem de suas realidades. O jornalista Tiago Kirixi Ramos Gomes Munduruku, do povo Munduruku do esta-

do do Pará, ressalta como é importante preparar jovens indígenas para que sejam comunicadores e representantes de seus povos na mídia. “Depois da pandemia, a comunicação se tornou uma ferramenta de luta, porque, muitas vezes, na grande mídia, não sai o que acontece de fato dentro das comunidades. Então, a formação de jovens [indígenas para a comunicação] é importante porque conseguimos passar a informação certa, de um olhar nosso. Passar o que realmente sofremos com o garimpo, com a mineração, com o agronegócio”. Ele conta que os comunicadores em formação são preparados para usar redes sociais e plataformas on-line, como Instagram, Twitter, Facebook e WhatsApp, para falar sobre o que acontece no cotidiano das comunidades indígenas.

Maurício Ye’kwana, diretor da Hutukara Associação Yanomami (HAY), do estado de Roraima, também pontua que as populações indígenas – pois, como bem lembra, há diferentes povos, etnias e dialetos indígenas na região da Amazônia – precisam ter espaço no debate público e na esfera política para representar seus próprios interesses. “Nós não queremos mais ser tutelados pelo Estado. Nós temos representações e começamos a falar português, que é a nossa segunda língua”. Ele afirma que o jornalismo, quando feito de modo responsável, pode ser um grande aliado de comunidades indígenas amazônicas. “Sem ter apoio de parceiros não indígenas, não vamos ter grande visibilidade [para pautas da comunidade]”.



Além da formação de jovens amazônicas para atuarem como comunicadores, também é importante apostar na educação midiática para a população em geral. Ariel Bentes, além de jornalista e pesquisadora, também é co-fundadora da Abaré - Escola de Jornalismo, que promove, em salas de aula do Amazonas, debates sobre o jornalismo feito na região. O objetivo é ensinar aos jovens do estado o básico da atividade jornalística e, assim, ajudar a reduzir o cenário de desinformação no território. “Eu

acredito que, a partir do momento que a população se apropria dessas etapas [do fazer jornalístico], se entende como uma pessoa que pode produzir comunicação, fazer um pedido de acesso à informação, que pode também investigar, questionar as autoridades públicas... a partir do momento que ela tem essa leitura do que ela está consumindo e tem esse empoderamento de que ela também pode produzir, essas são coisas essenciais para combater a desinformação”.

Cobrir o meio ambiente

“A Amazônia, hoje, é uma das linhas de frente da crise climática. E é surpreendente que, apesar de já existir certo consenso sobre a importância de se falar sobre questões socioambientais e sobre o espaço que a Amazônia tem nesse debate global, pouco se fala sobre [o papel do] jornalismo em relação à questão climática e os desafios que são colocados [para jornalistas] na região da Amazônia”.

Artur Romeu, diretor da RSF na América Latina.

No jornalismo, cobrir temas relacionados ao meio ambiente envolve, necessariamente, tratar das causas e efeitos políticos, econômicos, culturais e sociais que se conectam aos conflitos socioambientais. Investigar e apurar temas delicados, como disputas econômicas, atividades ilegais, conflitos fundiários e atuação de autoridades públicas, traz riscos e ameaças que são sentidos todos os dias por quem se dedica a isso, em especial na região amazônica.

Além disso, a influência do bioma amazônico se faz presente até nos espaços urbanos ali contidos. Da mesma forma, a cobertura jornalística, mesmo quando não é ex-

clusivamente direcionada a temas ambientais, acaba sendo impactada por eles e atravessando, em alguma medida, esses tópicos durante suas investigações. Logo, as considerações feitas sobre ameaças e outras agressões a jornalistas que trabalham na região são válidas aqui, também. Focados ou não em coberturas ambientais, jornalistas amazônicos são impactados por experiências similares.

De acordo com Juliana Mori, cofundadora e diretora editorial da *InfoAmazonia*, veículo independente focado na região, a questão ambiental, em especial quando relacionada à crise climática, tem ganhado cada vez mais destaque e relevância no cenário internacional. Por isso, cidadãos, autoridades políticas e os próprios jornalistas passaram a enxergar, de modo mais claro, a importância da cobertura ambiental para a sociedade. O que antes era um tema de nicho, reservado a debates entre especialistas e ativistas, passou a ser prioridade para o jornalismo nos últimos anos. “A partir de 2019, com o desmatamento voltando para níveis de duas décadas atrás, o assunto ambiental voltou à pauta – numa disputa política, inclusive. Isso fez, também, com que muitos leitores, que não são identificados como especializados ou ambientalistas, tivessem interesse em entender o que está acontecendo, voltando seus olhos para a pauta ambiental, especificamente para Amazônia”, explica.

Como bem pontuado por Mori, o impacto do cenário político brasileiro na discussão sobre meio ambiente é

inegável. Com o fortalecimento da extrema-direita, especialmente durante os anos de Jair Bolsonaro (PL) na presidência, foram amplificados no debate público tópicos como a negação da crise climática, a afirmação do crime ambiental como um recurso econômico e o ataque a órgãos ambientais de fiscalização e controle. Tiago Kiriixi Ramos Gomes Munduruk conta que começou a fazer jornalismo no início do governo Bolsonaro e que sentiu a pressão dos discursos contra a sustentabilidade e anti direitos humanos. “Era desfavorável aos povos indígenas e a quem falava do meio ambiente, porque a gente sabe que o governo passado era, praticamente, a favor do garimpo, a favor do agronegócio, a favor de tudo isso”. Segundo o jornalista, algumas questões importantes até melhoraram após a volta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência, em 2022 – por exemplo, a criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado pela líder indígena Sônia Guajajara. Porém, ainda não enxerga um avanço efetivo na questão da segurança de jornalistas que tratam de questões ambientais em território amazônico. “Eu trabalho muito no Vale do Javari, com a Univaja. A gente foi pra lá umas duas vezes no ano passado, em 2023, e percebeu que não teve uma diferença muito grande de segurança. Continuam as ameaças às lideranças, continuam as ameaças aos jornalistas. Continuou também uma pressão, uma sensação de tensão no ambiente”, revela.

“É desafiador conseguir informar o que está acontecendo na Amazônia”.
Fabrício Araújo, jornalista de Roraima.

Para Fabrício Araújo, jornalista do Instituto Socioambiental, em Roraima, quando se trata de assuntos ambientais em território amazônico, existe uma disputa de narrativas diante da opinião pública, travada, principalmente, entre jornalistas, ativistas e líderes indígenas de um lado e figuras políticas e economicamente poderosas de outro. Isso tem reflexo direto na percepção que a população geral sustenta sobre o meio ambiente e temas relacionados. “As pessoas não entendem bem o que é preservação ambiental, por exemplo, ou o que são os direitos dos povos indígenas. É desafiador conseguir informar e mostrar o que está acontecendo na Amazônia, porque sinto que muitas pessoas não querem acreditar. Elas já foram cooptadas por uma narrativa que não é, necessariamente, real, mas que é conveniente e mais fácil de assimilar”.

Fred Santana, jornalista amazonense e fundador do site Vocativo.com, tem um ponto de vista similar. “Falar de meio ambiente para os amazônidas é um desafio, porque o que nós vivenciamos aqui não é a impressão de urgência que o resto do mundo tem sobre a questão ambiental. Nós ainda não temos um debate sobre o que está acontecendo [com o bioma amazônico], sobre os impac-

tos que nós mesmos estamos causando na Amazônia. Não por acaso, pautas anti ambientais são extremamente populares". Ainda que problemas como a crise do clima e seus efeitos tenham impactos diretos no dia a dia da população, como na questão da estiagem, por exemplo, esse não é, de acordo com o profissional, um tema bem estabelecido no debate público que acontece na região.

Assim como ocorre com a cobertura jornalística sobre temas gerais relacionados à Amazônia, as pautas ambientais também estão sujeitas a olhares estereotipados e maniqueístas. A reprodução de leituras rasas e de romantizações sobre a floresta podem surgir quando jornalistas não estão atentos às questões sociais, econômicas e políticas que atravessam os assuntos ambientais. Na perspectiva do jornalista acriano Fábio Pontes, abordar questões que se conectam ao uso da terra e dos recursos naturais sem considerar suas complexidades pode desembocar em uma "visão míope" da região amazônica e levar à vilanização de pessoas e grupos. Isso acontece com frequência em matérias sobre agricultura local, por exemplo. "Existe um processo histórico de abandono do pequeno agricultor. Ele não tem acesso a um trator, a um crédito, a um financiamento, então vai usar fogo para queimar o roçado dele. Isso é fruto da falta de políticas públicas. Então, a gente não pode ficar só nesse discurso raso,



demonizando pessoas e grupos. Temos que entender que há pessoas que estão aqui e têm famílias, e que elas também são amazônicas”.

Quando se trata de ataques a jornalistas que cobrem pautas de meio ambiente, é possível perceber tendências para os estados da Amazônia Legal. Casos emblemáticos identificados pelo monitoramento de ataques à imprensa feito pelo Abroji (2023) mostram que autoridades públicas reagem com hostilidade quando são questionadas sobre suas atuações em matérias socioambientais. Esse achado segue uma tendência nacional, pois 55,7% dos ataques a jornalistas brasileiros registrados em 2023 tiveram como agressores agentes estatais. Se, por um lado, é obrigação dos gestores públicos pensar em medidas para a preservação da floresta e o desenvolvimento sustentável, por outro lado, também são obrigados, pela legislação nacional e por tratados internacionais, a garantir a liberdade de imprensa – uma prática que começa por não atacá-la.

Ao falar sobre o papel de atores estatais na violência contra jornalistas ambientais, é importante lançar luzes sobre duas questões complexas e preocupantes: primeiro, há o envolvimento de atores políticos com atividades ilegais que se desenrolam no território. Além disso, há um sério problema de ausência do Estado na região amazônica, que, por sua falta de atuação, torna-se co-nivente com o contexto de criminalidade e violência. É o que explica Cristina Zahar, coordenadora de programa

para a América Latina e Caribe do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). “Jornalistas que cobrem mudanças climáticas e crimes ambientais na Amazônia enfrentam, sim, riscos maiores, sobretudo, onde há conexões entre as autoridades locais e o crime organizado. A ausência do Estado também causou um aumento da criminalidade e isso coloca comunicadores em risco”. Esse quadro de leniência faz com que profissionais da imprensa estejam expostos a situações extremas, como o assassinato. Nesses casos, como o que houve com Dom e Bruno, a impunidade se torna a principal questão. O Relatório Global de Impunidade do CPJ (2022) apontou que 80% dos crimes contra jornalistas no mundo, ocorridos na última década, ainda estão impunes. “Isso é um sinal verde para matar”, declara Zahar.

No ano passado, jornalistas de Roraima e do Amazonas foram censurados e atacados⁸ por agentes estatais ao perguntarem sobre a política de tratamento de água do estado e sobre uma exposição realizada pelo agronegócio na região, respectivamente. Quando um jornalista é impedido de fazer seu trabalho, o prejuízo é de toda a

8. Mais informações em: “Governador de Roraima se irrita com repórter, empurra microfone e deixa entrevista sem responder pergunta” y “Joana Darc se cala após censurar jornalista dentro do Plenário da Aleam” em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/11/governador-de-roraima-se-irrita-com-reporter-empurra-microfone-e-deixa-entrevista-sem-responder-pergunta.ghtml> y <https://amazonas1.com.br/joana-darc-se-cala-apos-censurar-jornalista-dentro-do-plenario-da-aleam/>

sociedade, que é privada de ter acesso a informações de interesse público.

Além dos ataques diretos e explícitos, também foi registrado um aumento da perseguição e das tentativas de censura contra jornalistas por meio do Poder Judiciário. O assédio judicial é uma estratégia que vem sendo cada vez mais usada para minar a liberdade de expressão e de imprensa, usando um mecanismo do próprio Estado democrático para tanto. A cobertura socioambiental também foi atingida por essa estratégia sombria. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, profissional paraense que é referência em jornalismo investigativo sobre crimes contra o meio ambiente, enfrentou, entre 1992 e 2012, mais de 30 ações judiciais por exercer seu trabalho (RSF, p.12, 2023). Em 2023, o site *Vocativo.com*, comandado por Fred Santana, foi alvo de uma ação judicial movida pela deputada estadual Joana Darc dos Santos Cordeiro (UB-AM), após publicar matéria sobre crimes ambientais cometidos pelo avô de um influenciador digital amazonense⁹.

Esses casos se destacam porque os autores das ações mobilizaram poderes, econômicos e políticos, que influenciam o Poder Judiciário, mesmo que de forma inexplícita, para desequilibrar a disputa – o que aumenta o

risco de jornalistas serem condenados por ações infundadas. É o que ocorreu com o veículo *Amazônia Real*, que teve uma reportagem censurada, em 2022, por tratar da irregularidade de uma embarcação que navegava pelo Rio Amazonas, promovendo uma festa durante a pandemia de Covid-19¹⁰.

Os ataques que silenciam jornalistas afetam diretamente o debate público sobre temas ambientais, porque impedem que a sociedade tenha acesso a informações de interesse coletivo. Além disso, essas formas de violência podem gerar autocensura – que também afeta a quantidade e a qualidade das informações – e acentuar o problema da desinformação. Quando relacionada a tópicos ambientais, como a emergência climática, notícias falsas, enganosas ou descontextualizadas podem gerar prejuízos para a saúde e o bem-estar das pessoas (Blanco, 2023). Também podem dificultar da construção de soluções coletivas e sustentáveis para a crise climática, como o Acordo de Escazú, o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe, focado em promover os direitos de acesso à informação, participação e justiça relacionados a questões ambientais¹¹.

^{9.} Disponível em “Abraji repudia ação judicial contra jornalista do Amazonas”. <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-acao-judicial-contra-jornalista-do-amazonas>

^{10.} Mais informações em: “Abraji condena decisão da Justiça do AM de censurar imprensa.” <https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-decisao-da-justica-do-am-de-censurar-imprensa>

^{11.} Contudo, apesar de ter sido assinado pelo Brasil em 2018, o Acordo ainda não foi ratificado pelo país.

Referências Bibliográficas

- Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). (2023). *Conectividade nas escolas*. Recuperado de <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas>
- Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). (2023). *Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil - Relatório 2023*. Recuperado de https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2da5b679-2702-4121-bce1-cd23cb962f06/Relat%C3%B3rio_-_Ataques_contra_jornalistas_de_2023_FINAL_alta_resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf
- _____. (2024). *Monitoramento de ataques a jornalistas*. Recuperado de <https://abraji.org.br/projetos/monitoramento-de-ataques-a-jornalistas>
- Atlas da Notícia. (2024). *Dados e estatísticas*. Recuperado de <https://www.atlas.jor.br/dados/app/>
- Blanco, P. (2023). “Fake news e emergência climática, uma combinação explosiva”. Recuperado de <https://www.palavraaberta.org.br/artigo/fake-news-e-emergencia-climatica-uma-combinacao-explosiva>
- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC). (2022). *Resumo Executivo TIC Domicílios 2022*. Recuperado de https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143348/resumo_executivo_tic_domiciliros_2022.pdf
- Comité para Proteção de Jornalistas (CPJ). (2022). *Assassinando com impunidade: a grande maioria dos assassinos de jornalistas ficam em liberdade*. Recuperado de <https://cpj.org/pt/reports/2022/11/assassinando-com-impunidade-a-grande-maioria-dos-assassinos-de-jornalistas-ficam-em-liberdade>
- Confederação Nacional do Transporte (CNT). (2023). *Pesquisa CNT de Rodovias*. Recuperado de <https://pesquisarodovias.cnt.org.br>

- Chiavari, J., Antonaccio, L., Araujo, R., Barros, A. C., Bragança, A., & Cozendey, G. (2022). “*Infraestrutura Terrestre na Amazônia: Ações para Sustentabilidade*”. Climate Policy Initiative. Recuperado de <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/infraestrutura-terrestre-na-amazonia-acoes-para-sustentabilidade/>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Cartografias da violência na Amazônia* (2. ed.). São Paulo, FBSP. ISBN 978-65-89596-33-2. Recuperado de <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/233>
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). s.f. *Infraestrutura na Amazônia*. Recuperado de <https://inesc.org.br/acoes/infraestrutura-na-amazonia/?cn-reloaded=1>
- RAISG. (2020). *Amazônia Sob Pressão*. Recuperado de www.amazoniasocioambiental.org
- Repórteres Sem Fronteiras (RSF). (2023). *Amazônia: Jornalismo em Chamas*. Recuperado de <https://rsf.org/pt-br/amazônia-jornalismo-em-chamas-rsf-lan%C3%A7a-relat%C3%B3rio-sobre-os-desafios-do-jornalismo-local-em-uma>
- Rocha, M. A. (2024). *Perfil de financiamento da infraestrutura logística no Brasil*. Instituto de Estudos Socioeconômicos, Brasília-DF. Recuperado de <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/03/financiamento-infraestrutura-amazonia-inesc.pdf?x59185>
- Virga, T., & Neves, B. C. (2023). “*Infraestrutura de transportes e o papel brasileiro na Amazônia sul-americana, uma concertação necessária: Governar, integrar, preservar*”. *Revista Tempo do Mundo*, (30), 163-200. <https://doi.org/10.38116/rtm30art6>

Desafios do jornalismo na Amazônia colombiana: precariedade, interesses criminosos e **desconexão**



Compreender a Amazônia colombiana

“Historicamente, a Amazônia colombiana tem sido um território estranho ao país...”

E as pessoas não sabem que 42% do território colombiano é a Amazônia”

Clara Patricia Peña, coordenadora do Instituto SINCHI em Leticia, Amazonas.

Según Segundo dados do Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas¹ (SINCHI, 2022), a parte colombiana abrange 6,6% do total da floresta amazônica, percentual equivalente a 483.164 km². Esse bioma representa 41,8% do território continental do país e está espalhado por seis departamentos: Amazonas, Caquetá, Putumayo, Guaviare, Guainía e Vaupés. Além disso, alguns municípios dos departamentos de Nariño, Cauca, Meta e Vichada compartilham áreas de transição andina (o sopé das montanhas andino-amazônicas) e planícies que estão integradas aos ecossistemas amazônicos.

Apesar de sua vasta extensão, a Amazônia é habitada por apenas 2% da população do país, ou seja, pouco mais de 1 milhão de pessoas (TerriData: DNP, 2024). A densidade da floresta tem servido como barreira protetora contra os processos de colonização da região andina, determinando a dinâmica populacional na região (Meisel Roca *et al.*, 2013).

Os departamentos amazônicos são caracterizados pela alta concentração de habitantes nas cidades mais próximas da Cordilheira dos Andes, em uma sub-região amazônica densamente povoada composta pelo nordeste de Caquetá e Putumayo e o norte de Guaviare². O restante da região amazônica é habitado por uma população dispersa, principalmente rural e indígena, que se distribui por todo o território. Embora as três capitais departamentais, Leticia, Mitú e Puerto Inírida, não tenham sofrido os mesmos níveis de colonização e influência que a região andina, elas foram formadas como enclaves geopolíticos com parcelas significativas de população³.

2. Eses departamentos abrigam os municípios mais populosos da região, como Mocoa com 64.807 habitantes, Puerto Asís com 73.141 habitantes, Florencia com 179.233 habitantes e San José del Guaviare com 63.208 habitantes (TerriData: DNP, 2014).

3. A população de Leticia é de 54.927 habitantes, a de Mitú é de 34.886 habitantes e a de Puerto Inírida é de 37.917 habitantes (TerriData: DNP, 2014).

1. O Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (SINCHI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é responsável pela realização de estudos e pesquisas científicas de alto nível relacionadas à realidade biológica, social e ecológica da região amazônica.

A Amazônia abriga povos indígenas, grupos campesinos e comunidades afro-descendentes⁴, que têm formas específicas de interagir com o ambiente e a natureza. Embora esses modos de vida possam, por vezes, entrar em tensão, todos eles são ameaçados por interesses externos. Tais interesses incluem economias ilícitas como o tráfico de drogas, o desmatamento, a mineração ilegal e o tráfico de armas, de animais selvagens e de pessoas. Essas atividades são amparadas por grupos ilegais organizados que exercem um forte controle da região. A situação torna-se ainda mais crítica nas fronteiras com Venezuela, Brasil, Peru e Equador, zonas onde a criminalidade se torna uma questão transnacional, dificultando ainda mais a luta contra essas ameaças.

Além das atividades ilegais, outras ações, protegidas por lei, também afetam o ecossistema e os projetos de subsistência na região. Isso inclui atividades extrativistas, como a exploração de petróleo, cobre, madeira e outros recursos naturais, a expansão das fronteiras agrícolas e a criação de gado em larga escala, entre outras.

Embora os povos indígenas não sejam o grupo majoritário na Amazônia colombiana – eles representam 11,3% da população –, seu papel na proteção do ecossistema é

fundamental. Sua Lei de Origem ou “*Derecho Mayor*” exige que eles mantenham o equilíbrio entre seres humanos e natureza. Além disso, seus territórios ancestrais cobrem mais de 50% do bioma amazônico na Colômbia, cerca de 25 milhões de hectares (Giraldo *et al.*, 2013).

Estima-se que cerca de 64 povos vivam em toda a região e uma variedade significativa de famílias linguísticas seja identificada. Desses, os povos Yuri e Passé, localizados no rio Puré (Pururé no Brasil), são isolamento ou em estado natural. São povos que, no exercício de sua autodeterminação, resistem a todo contato com a sociedade que os rodeia (Aristizabal, 2021).

A confluência de culturas e a riqueza natural fazem da Amazônia colombiana um território complexo. Para entendê-la, é necessária uma visão holística que valorize a experiência das comunidades indígenas e seu conhecimento ancestral sobre a conservação da floresta. É fundamental fortalecer os processos de comunicação local para tornar visível a riqueza cultural da Amazônia, especialmente a dos povos indígenas que correm o risco de desaparecer. Somente dessa forma eles poderão ser protagonistas nos debates sobre o futuro da região (Brock *et al.*, 2020).

Em 2019, de acordo com a pesquisa *Cartografías de la Información*, havia 158 mídias locais, distribuídas da seguinte forma: 52 em Caquetá, 58 em Putumayo, 20 em Guaviare, 14 no Amazonas, 9 em Guainía e 5 em Vau-

4. É importante ter em conta que a população campesina e afrodescendente chegou à região como produto de diferentes processos de migração, entre os quais se encontra o conflito armado (Brock *et al.*, 2020).

pés. A rádio é a mais importante de todas, representando 55,7% da mídia local. Já a imprensa escrita, que representa 12,6% da mídia na região, mostra uma tendência de desaparecimento.

Embora esses números tenham mudado nos últimos anos devido ao fechamento de veículos e à abertura de novas iniciativas de comunicação, especialmente as mídias digitais e sociais, eles ilustram a distribuição da imprensa no país, o que é confirmado pelos números fornecidos pelo Ministério de Tecnologia e Comunicações, bem

como por estudos recentes sobre a situação das comunicações na Amazônia⁵.

Para uma melhor compreensão da situação em que a imprensa trabalha no território, faremos agora um relato das condições de infraestrutura, dos obstáculos de financiamento e das condições de segurança enfrentadas pelos jornalistas na cobertura desse importante bioma.

5. Por exemplo, o estudo da Deutsche Welle Akademie de 2020: “Amazônia – o desafio de comunicar a diversidade. Os casos da Colômbia, Equador e Peru”.



Infraestrutura

“Uma das regiões que tem sofrido muito com a questão do isolamento nas comunicações via internet é a região amazônica”.

Gloria Revelo, jornalista do Panorama Amazônico.

O tamanho e a extensão da Amazônia, juntamente com a dispersão geográfica da população, representam grandes desafios para a comunicação na região. Embora as capitais dos departamentos estejam conectadas entre si e com o resto do país por meio de aeroportos, as áreas não municipalizadas e as comunidades rurais só são acessíveis pelos rios da região.

Gloria Elena Revelo, jornalista e fundadora da revista Panorama Amazônico em Leticia, Amazonas, acredita que, embora o departamento do Amazonas seja um dos maiores do país, com 109.667 km², ele tem uma densidade populacional muito baixa, “o que causa algumas dificuldades quando se trata de mobilidade e transporte”.

A maior parte da rede rodoviária está concentrada no anel populacional⁶ dos departamentos de Caquetá,



Putumayo e Guaviare. Em geral, esses departamentos amazônicos têm um maior grau de intervenção e povoamento do território, e sua dinâmica – econômica, social e cultural – é cada vez mais urbana e semelhante à das grandes cidades do país. Entre outros motivos, as condições das estradas e a expansão das vias físicas fizeram com que esses locais estivessem regularmente conectados à mídia nacional.

Um aspecto importante do acesso à informação na Amazônia tem sido o desenvolvimento de redes de eletricidade na região⁷. Sua penetração facilitou o acesso gradual às tecnologias de comunicação e aproximou a população dos serviços de internet. Nos últimos anos, observou-se um crescimento relativo nos ecossistemas de mídia local, associado ao surgimento constante de

6. O anel populacional refere-se à sub-região amazônica que comprehende o nordeste de Caquetá e Putumayo e o norte de Guaviare, onde se concentra a maior parte da população da Amazônia colombiana.

7. A pesquisa da FLIP, *Cartografías de la información*, destaca a estreita correlação entre os desertos de notícias e a presença de necessidades básicas não atendidas (Bock, 2019).

iniciativas de comunicação digital, principalmente nas redes sociais.

No entanto, na maior parte do território rural da Amazônia, o fornecimento de eletricidade é limitado e, sem ele, não há internet. A conectividade digital e até mesmo o sinal de telefonia móvel em áreas rurais são quase sempre limitados aos centros populacionais⁸. Isso significa uma desconexão quase total dos cenários digitais para os habitantes da selva rural, que precisam viajar dias a fio para se conectar à rede. Para ilustrar com dados: o último relatório disponível do Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação (2023) afirma que as taxas de penetração de internet fixa nos departamentos da Amazônia são: Caquetá, 8,2%; Putumayo, 5,2%; Guaviare, 1,4%; Amazonas, 1,1%; Guainía, 1%; e Vaupés, 0,2% (MinTIC, 2023).

Isso também forçou a mídia local e as próprias comunidades a buscar soluções para transmitir e receber informações de interesse público, como foi feito pela estação de rádio virtual indígena Ondas da Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC). “Em Mirití Paraná [uma área não municipalizada no depar-

tamento do Amazonas], temos um colega que recentemente adquiriu seu Starlink⁹ e transmite os programas da estação pelos alto-falantes quando há reuniões nas malocas”, diz um jornalista dessa estação.

Embora seja essencial que as pessoas tenham acesso a serviços de telecomunicações e internet, o aumento da geração de eletricidade pode ter um impacto sobre os ecossistemas naturais da região (Brock *et al.*, 2020). Consequentemente, o desenvolvimento desses serviços deve ser mediado por alternativas de energia renovável que sejam sustentáveis ao longo do tempo e com o meio ambiente.

Um estudo da *DW Akademie*, o centro de desenvolvimento de mídia internacional da *Deutsche Welle*, propôs uma solução inovadora: criar redes de comunicação digital usando barcos em rios, o que contribui para a transmissão de informações em áreas onde não há conexão com a internet.

Os rios possibilitam a integração de grande parte da região. A maioria dos rios amazônicos é navegável: 93% do Putumayo e 90% do Caquetá (Ministério dos Transportes, 2022). Além disso, o Amazonas permite a navegação permanente ao longo de 116 quilômetros do território colombiano (Meisel Roca *et al.*, 2013).

8. Centro populacional é um conceito usado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) para identificar núcleos populacionais. Ele é definido como uma concentração de pelo menos vinte moradias contíguas, vizinhas ou anexas umas às outras, localizadas na área rural de um município ou de um corregimento departamental.

9. Serviço de Internet por satélite.

Extensão navegável pr rios na bacia amazônica*

RÍOS	EXTENSÃO TOTAL (km)	EXTENSÃO NÃO NAVEGÁVEL (km)	EXTENSÃO NAVEGÁVEL (km)
Amazonas	116	0	116
Putumayo	1.717	117	1.600
Caquetá	1.350	150	1.200
Patía	450	100	350



*Tabela elaborada pelos autores. Números extraídos do *Plan Maestro Fluvial* (Ministério dos Transportes, 2022).

Em resumo, os rios da Amazônia são uma solução excepcional para o sistema de comunicação da região. Suas águas transportam não apenas mercadorias que impulsionam a economia, mas também notícias, histórias e conhecimentos que conectam as comunidades. Além disso, seus cursos d'água transcendem as fronteiras, de modo que também se tornam rotas importantes para a mobilidade transnacional.

O debate sobre o desenvolvimento da região envolve necessariamente o questionamento dos modelos tradicionais de crescimento econômico. É necessário determinar se a expansão da infraestrutura rodoviária e de comunicações realmente atenderá às necessidades das comunidades locais ou se, em vez disso, favorecerá atores externos interessados na exploração de recursos naturais. Em outras palavras, ainda não está claro se os benefícios do aumento da infraestrutura de transporte superam os possíveis danos que ela pode causar.

Os jornalistas entrevistados para este relatório observaram que um dos problemas mais urgentes para seu trabalho é a falta de conectividade tecnológica. No centro urbano de Leticia, por exemplo, a velocidade mal ultrapassa 1,5 megabytes e, em muitos lugares, as conexões são instáveis (Lizcano, 2024). Além disso, os custos de aquisição desses serviços são altos em com-

paração com os preços da internet em outras cidades do país. Nessa capital amazônica, um plano de internet pode custar, em média, entre 115.000 e 320.000 pesos colombianos, enquanto, em Bogotá, um plano com 200 *megabytes* de velocidade custa aproximadamente 90.000 pesos colombianos.

Como explica a OPIAC, isso impede a troca de informações com seus públicos. “É um exercício ainda mais difícil para eles tentarem se comunicar conosco, enviar fotos, enviar áudios, fazer ligações, é muito complicado porque não temos as facilidades de acesso”.

As características geográficas e a infraestrutura limitada da região impõem restrições significativas ao trabalho jornalístico. A dificuldade de acesso à internet significa que grande parte da população amazônica está marginalizada do fluxo de informações disponíveis na *web*. Embora a conectividade tenha promovido o surgimento de novas agendas de informação e vozes do território, a qualidade da conexão e a garantia de acesso permanecem incertas. Além disso, os altos custos de transporte e as grandes distâncias na Amazônia representam obstáculos significativos para a viabilidade da produção jornalística local. Isso resulta em uma cobertura de notícias que depende da chegada de jornalistas com recursos suficientes, geralmente de fora do território e apoiados pela cooperação internacional.

Sustentabilidade da mídia local

“A grande maioria das estações de rádio comunitárias começou a desaparecer”.
Milton Sánchez, estação de rádio comunitária Custodia Estéreo.

A pesquisa *Cartografías de la Información* (2019), da Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP), revelou as preocupações financeiras enfrentadas pela mídia local. Os meios de comunicação e os jornalistas enfrentam condições precárias que colocam em risco sua continuidade e existência¹⁰. Na Amazônia, a mídia local depende de financiamento oficial ou comercial esporádico. Com algumas exceções, os municípios da região não têm um tecido comercial forte que possa sustentar a publicidade constante. A pouca renda que a mídia recebe é, geralmente, insuficiente e instável.

Gentil Novoa, da estação de rádio comunitária *Yurupari Estéreo* del Vaupés, descreve essa falta de investimento em publicidade: “O financiamento é muito complicado. Em primeiro lugar, porque é uma cidade pequena

e o comércio não faz propaganda. Porque o que eles [os comerciantes] dizem é que ‘não temos produtos para vender’, então não contamos com o comércio. Mitú é a capital do departamento, aqui está o gabinete do governador e o gabinete do prefeito e outras entidades públicas, mas eles não fazem publicidade”.

A administração da publicidade oficial varia em cada departamento e município da região. Em alguns lugares, a escassez de fundos públicos impede a alocação de linhas orçamentárias para a mídia local. Em outros casos, a alocação de publicidade oficial está ligada ao relacionamento que os jornalistas podem estabelecer com os políticos no poder. E, na ausência de regulamentação clara e suficiente, as administrações usam esses recursos para influenciar o conteúdo produzido pela mídia local.

Laura Alvarado, jornalista da estação de rádio *Marandúa Stereo*, no departamento de Guaviare, ressalta que “toda vez que chega um novo prefeito ou começa um novo ano, eles dizem: ‘Qual é o orçamento? Como vamos trabalhar? Que programas eles vão citar?’”. Então, eles têm que fazer toda essa gestão de contratação institucional de cada período, porque a contratação não é garantida”.

Para Milton Sánchez, da estação de rádio *Custodia Estéreo* del Guainía, receber apoio de entidades públicas teve implicações no tipo de conteúdo que ele produz. “Quando alguém faz comentários críticos sobre o governo nas notícias, eles vão ‘pressionar’ a emissora. Há uma auto-

10. *Cartografías de la Información* encontrou que, devido às condições econômicas a que se encontram submetidos, mais de 40% dos meios comunitários não contratam jornalistas formalmente e 50% utilizam a modalidade de cotas de publicidade para contratar seus repórteres (Bock, 2019).

censura. Isso já aconteceu conosco com um governador que havia sido denunciado pela Controladoria Geral da República (...) quando eu o critiquei, ele foi chamado a atenção. Isso o irritou porque a emissora depende do órgão territorial".

A dependência da pauta pode comprometer a independência dos jornalistas e comunicadores locais (Quintero Agámez, 2019). Consequentemente, isso implica mudanças na agenda e na produção de conteúdo, para que se ajustem aos interesses daqueles que fornecem os recursos que sustentam financeiramente a mídia. A situação torna-se ainda mais crítica quando se trata de publicidade proveniente de empresas com grande capital e interesse nos recursos dos territórios. Por exemplo, a publicidade fornecida por uma empresa extrativista para promover seus projetos faz com que os conteúdos publicados por aquele veículo ignorem ou minimizem os impactos socioambientais.

Miller Jalvin, um comunicador indígena da estação *Radio Waira* em Putumayo, explica como ele enfrentou essa tensão entre o financiamento e o dever da mídia indígena de informar. "Muitas empresas petrolíferas vieram aqui querendo anunciar, pagaram muito bem (...) mas nós [povos indígenas] não podíamos defender o território e prestar um serviço a uma empresa multinacional dizendo que [ela] estava fazendo as coisas bem (...) não era coerente".



O interesse global na conservação da Amazônia atraiu financiamento internacional, por meio de cooperação, para a produção de histórias ambientais sobre a região. Embora, em teoria, a mídia e os comunicadores locais devam ter acesso a esses fundos, na prática, é a mídia com experiência em jornalismo investigativo que tende a se beneficiar. Como explica Óscar Parra, diretor da mídia digital *Rutas del Conflicto* – que se concentra em questões relacionadas ao conflito armado na Colômbia –, a incursão da mídia em questões ambientais deveu-se, em parte, à disponibilidade de fundos de cooperação internacional: “Entre outras coisas, há dinheiro da cooperação internacional, então há o amor pela arte, mas também a necessidade de financiar o jornalismo”.

É essencial reconhecer o valor de qualquer esforço para tornar visíveis e comunicar os conflitos socioambientais na região. Em alguns casos, pode até ser mais conveniente para os jornalistas estrangeiros cobrir determinados tópicos devido aos riscos de segurança enfrentados pelos comunicadores locais no território. No entanto, é necessário refletir sobre como essas histórias são relatadas com financiamento internacional: como as histórias são construídas, quais fontes são consultadas, quais vozes são levadas em consideração, quem participa do desenvolvimento das investigações e como elas são divulgadas e recebidas nos territórios após publicadas. Nesse sentido, o financiamento estrangeiro pode con-

tribuir para a sustentabilidade do jornalismo local se for implementado de uma forma que envolva o apoio para a construção de histórias que deem voz às comunidades.

A precariedade da mídia na Amazônia limita sua capacidade de produzir informações de base. As enormes pressões financeiras, a dependência da publicidade, os custos de deslocamento pelo território, a falta de recursos para tratar de questões de longo prazo, as despesas operacionais, entre outros problemas de sustentabilidade, acabam impactando as condições de trabalho dos jornalistas: há maior informalidade, os salários são baixos e seu emprego é baseado em cotas de publicidade, ou seja, é imposta uma cota em busca de publicidade. Como resultado, sua qualidade de vida se deteriora (Quintero Agámez, 2019).

Sánchez ressalta que o aperto no financiamento condena as emissoras locais a desaparecerem. Seu testemunho mostra que grande parte do trabalho é feito por paixão e não tanto por interesse econômico. “Justamente porque eu era cofundador com outro professor, éramos sonhadores e queríamos ter uma estação de rádio aqui em uma época em que não havia nenhum meio de comunicação. Sonhávamos em ter o projeto e o realizamos. Mas nunca pensamos no futuro, na sustentabilidade. E foi aí que a grande maioria das estações de rádio comunitárias começou a desaparecer. Minha função na estação não é remunerada. É porque eu gosto”.

É essencial que todos os atores relevantes, desde o setor privado até as autoridades governamentais, reconheçam plenamente que a informação, e particularmente a informação gerada localmente, é um bem público que precisa ser protegido e promovido. Nesse contexto, é urgente implementar estratégias para fortalecer financeiramente a mídia e os jornalistas locais, que desempenham um papel crucial no fornecimento de informações de interesse público às comunidades amazônicas. Essa é a única maneira de garantir um jornalismo local sustentável e responsável que dê voz às comunidades na construção de suas próprias narrativas.

Condições de segurança

"Aqui não existe segurança para ninguém. Quem disser que há segurança é falso, porque não há".

Efraín Jiménez, da estação comunitária Ecos del Caguán.

A região amazônica sofre com uma dinâmica particular de violência derivada do conflito armado, das economias ilegais e da exploração de recursos naturais, problemas que limitam o exercício do jornalismo e o acesso à informação. Após a assinatura do Acordo de Paz entre as FARC-EP e o Estado colombiano em 2016, a região pas-

sou por uma reconfiguração dos grupos armados¹¹, o que gerou novos focos de violência e intensificou os conflitos socioambientais preexistentes (Fundación Ideas para la Paz *et al.*, 2021).

Embora as economias ilegais e a apropriação de recursos não sejam fenômenos novos, a disputa mais recente pelo controle territorial da região coincide com um aumento geral das ameaças ao meio ambiente. Nos anos pós-conflito, estima-se que a região tenha registrado um aumento no desmatamento (Clerici *et al.*, 2020), no plantio de culturas ilícitas (Crisis Group, 2023) e na expansão da fronteira agrícola e pecuária (Bernal *et al.*, 2020).

Recentemente, a Ouvidoria emitiu o Alerta 007-24, no qual adverte sobre os riscos iminentes para os defensores ambientais e, em geral, para os defensores dos direitos humanos em todo o território amazônico. Esse tipo de liderança é frequentemente vista por grupos armados e outros atores como contrária aos seus interesses na região. Devido a seus vínculos sociais e comunitários, eles se tornam alvos de ataques constantes.

Na região, especialmente nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Guaviare, estão presentes grupos

11. Atualmente, há vários grupos criminosos lutando pelo controle territorial nas regiões amazônicas: facções dissidentes das extintas FARC-EP, como o *Estado Mayor Central*, a *Segunda Marquetalia*, os *Comandos de Frontera* e, em menor escala, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e as *Autodefensas Gaitanistas de Colombia* (AGC).



dissidentes das FARC, como o *Estado Mayor Central*, a *Segunda Marquetalia* e os *Comandos de Frontera*. As áreas de fronteira dos departamentos de Amazonas, Putumayo, Guainía e Vaupés enfrentam a influência de organizações criminosas baseadas nas Amazônias brasileira e peruana, o que aumenta a complexidade da violência.

Segundo o jornalista Bram Ebus, que tem um longo histórico de cobertura da região, “a Amazônia na área de fronteira está 100% dominada pelo crime organizado”. O controle dessas áreas do território, que ligam a Colômbia a outros quatro países do continente (Equa-

dor, Peru, Brasil e Venezuela), é disputado por grupos ilegais, principalmente devido a sua posição estratégica para o tráfico de drogas, mineração¹² e rotas de tráfico de pessoas – uma atividade que está ligada ao tráfico inter-

¹². Por exemplo, há uma ligação entre a mineração na Venezuela e a economia de Inírida, a capital de Guainía, facilitada pelos rios Inírida, Atabapo e Guainía. O jornalista Milton Sánchez explica: “O governo venezuelano finalmente parou o Parque Yapacana e há várias pessoas que foram detidas pela Guarda venezuelana. Inírida é um território que sempre viveu do ilícito, do ilegal, e a economia que circula no município hoje é a extração de ouro do Parque Yapacana. Eles o transformaram em nada (...) Mas, imagine, nós, em Inírida, vivendo da exploração de mineração em outro país. Inírida, a capital de Guainía, vive do ouro venezuelano”.

nacional e às redes de contrabando de migrantes na rota que passa pelo Darien Gap, América Central, México e Estados Unidos¹³.

Os povos indígenas são particularmente vulneráveis a essa violência, por um lado, porque as áreas afetadas pela dinâmica do conflito geralmente coincidem com as áreas protegidas de reservas (Crisis Group, 2023). Por outro lado, a violência – assassinatos, desaparecimentos e deslocamento forçado – dirigida contra os líderes indígenas, como os principais defensores da natureza, causou grandes danos ao tecido comunitário e aos meios de subsistência dos próprios povos indígenas.

As condições de segurança na região limitam severamente a cobertura jornalística de questões sensíveis. Falar sobre grupos armados – e suas atividades – significa se expor a múltiplos repertórios de violência que são amplamente conhecidos na região (Brock *et al.*, 2020). Esse regime de silêncio impõe barreiras ao acesso a fontes primárias de informação e à coleta de testemunhos

¹³. O tráfico de pessoas é um fenômeno pouco documentado na Amazônia. No entanto, a realidade é que os rios da região são corredores não apenas para mercadorias, mas também para o tráfico de pessoas. O jornalista Bram Ebus explica que “há uma rota de tráfico de pessoas pela Amazônia, que passa pelo rio Amazonas, que entra na Colômbia e, depois, não sei como, as pessoas chegam ao Darién. Também há rotas reversas em que [as pessoas] compram um pacote por alguns dólares e passam por Manaus [Brasil] e, três meses depois, estão em Puerto Leguízamo, Putumayo (...) Em janeiro, dois coiotes colombianos pararam em Tabatinga com 26 pessoas do Vietnã”.

na região. A violência, como sempre, acaba instalando a autocensura na mídia, nos jornalistas e nos líderes.

Os jornalistas locais são os mais expostos aos riscos da violência na Amazônia. Sua permanência no território e sua proximidade com as comunidades os tornam alvos potenciais de grupos armados legais e ilegais. Efraín Jiménez, da estação de rádio *Ecos del Caguán*, no departamento de Caquetá, diz: “Estamos vivendo em meio ao maior conflito deste país (...) Não há segurança para ninguém aqui. Qualquer pessoa que diga que tem segurança é falsa, porque não há nenhuma”. Na mesma linha, Laura Alvarado, da estação de rádio *Marandúa Stereo*, em San José del Guaviare, refere-se à constante sensação de vigilância. “Sabemos que estão nos ouvindo o tempo todo, é preciso estar sempre ciente de que estão nos ouvindo”.

Nos últimos cinco anos, a FLIP documentou 81 ataques a jornalistas nos departamentos amazônicos (1 no Amazonas, 1 em Guainía, 3 em Vaupés, 18 em Guaviare, 21 em Caquetá e 37 em Putumayo), incluindo assédio, ameaças, deslocamento forçado, obstrução do trabalho jornalístico e até mesmo ataques cibernéticos. O número real de violações contra a imprensa pode ser maior, pois há casos que, devido à censura, não são documentados.

A cobertura de atividades ilegais na região custou a vida de jornalistas e comunicadores locais. De 1986 até o momento, a FLIP registrou um total de 10 assassinatos por motivos relacionados ao jornalismo: 1 caso no Ama-

zonas, 7 em Caquetá e 2 em Putumayo. O último caso foi registrado em 2015, correspondendo ao assassinato do jornalista Luis Peralta, que era proprietário e diretor da estação de rádio *Linda Stereo*, em El Doncello (Caquetá), onde denunciava a corrupção política no município¹⁴.

Perante os riscos, a autocensura se torna uma medida de autoproteção para muitos jornalistas. Essa situação limita gravemente o acesso à informação e a liberdade de expressão na região. Os comunicadores da estação de rádio virtual indígena *Ondas OPIAC* afirmam: “Temos muito cuidado com a segurança de quem está falando. É importante cuidar das pessoas que nos apoiam, por isso, não podemos falar sobre algumas questões de ordem pública que poderiam causar problemas aos nossos líderes”.

A falta de protocolos de segurança específicos para jornalistas, especialmente para mulheres, é outra das deficiências identificadas. Esse contexto aumenta ainda mais a vulnerabilidade da profissão. De acordo com Ebus, em muitas ocasiões, os meios de comunicação social não

estão atentos aos problemas de segurança dos seus colaboradores durante o trabalho de campo. “Não sabem quando [você] entra ou sai e, sobretudo, não sabem com quem passa a noite, com quem está e como está se desenrolando a viagem quando está no território”.

Para Jeanneth Valdivieso, jornalista da *Liga Contra el Silencio*, que trabalhou na região, “as mulheres são sempre mais vulneráveis a certos tipos de crimes ou riscos. Portanto, nesse sentido, penso que há uma especificidade em termos de como chegar [à região] com um protocolo de segurança”.

Os vários depoimentos que alimentam este relatório, bem como os casos que a FLIP documentou, revelam que, na Amazônia colombiana, o jornalismo local enfrenta uma série de riscos que o obriga a silenciar questões de extrema importância para a sociedade e para a proteção do ambiente. Ordem pública, conflitos armados e economias ilegais são apenas alguns dos fatores que os jornalistas evitam abordar por medo de represálias.

Os jornalistas dos departamentos amazônicos trabalham numa situação de evidente desproteção. Apesar dos esforços para estabelecer diálogos com os grupos armados, a segurança dos jornalistas continua a ser uma séria ameaça. A responsabilidade de garantir a segurança dos jornalistas e de defender o seu direito de informar cabe às autoridades nacionais – em coordenação com as instituições dos países vizinhos –, regionais e locais. Sem

14. A FLIP emitiu uma declaração sobre o andamento do processo de investigação do assassinato do jornalista Luis Peralta e também apontou o impacto negativo deste acontecimento nas notícias locais: “O assassinato de Peralta teve um impacto na liberdade de imprensa no município, pois *Linda Stereo* é um dos poucos meios de comunicação locais que existem em El Doncello. Embora a estação continue a funcionar graças aos esforços dos familiares, o fato de não se ter processado toda a cadeia criminosa envolvida pode provocar a autocensura dos jornalistas do município que cobrem temas semelhantes aos de Peralta” (FLIP, 2022, n.p.).



medidas fortes para proteger a profissão, será impossível concretizar os direitos à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e ao acesso à informação na Amazônia.

Agendas e mídia

“A reflexão sobre o lugar da Amazônia no panorama nacional continua a ser como aquele lugar estranho, exótico, verde, ali...”.

Estefanía Ciro, fundadora de A La Orilla del Río.

Nos últimos anos, a região amazônica colombiana tem recebido cada vez mais atenção da mídia nacional. Esse interesse passou de uma cobertura ocasional de conflitos armados e violência para uma preocupação com o meio ambiente e o impacto da atividade extrativista na natureza, uma questão de relevância global devido à sua estreita ligação com a tripla crise planetária¹⁵ e, consequentemente, com o futuro da humanidade. Como resultado, sur-

¹⁵. A crise global tripla se refere a três problemas inter-relacionados: “mudança climática, poluição e perda de biodiversidade. Cada um desses problemas é uma crise em si, com suas próprias causas e efeitos” (AIDA, 2024, n.p.).

gju um discurso incipiente na mídia que reconhece a importância de conservar, proteger e restaurar a Amazônia colombiana.

No entanto, apesar do recente e crescente interesse em contar sobre a região, ainda existem grandes limitações que impedem a compreensão da Amazônia como um território biodiverso, multicultural e, portanto, complexo. Essas limitações se devem, em parte, às representações que foram construídas de fora dos territórios amazônicos sobre o espaço e os habitantes da Amazônia, bem como sobre os conflitos que variam de lugar para lugar. As representações predominantes tendem a ser simplistas e reducionistas, ignorando a diversidade e a complexidade da região.

Nadiezdha Novoa, que trabalha para o *Magazín Arú Pacomá* da estação de rádio comunitária Yuruparí Estéreo em Mitú, Vaupés, afirma que há muita “ignorância sobre as situações e o que normalmente acontece em nosso departamento por parte da mídia nacional”. Os principais erros da imprensa nacional são notados quando mencionam os nomes de lugares ou pessoas, figuras e o uso de testemunhos do que acontece no território, ela aponta. Estefanía Ciro, fundadora e diretora da think tank *A La Orilla Del Río*, ressalta que “a reflexão sobre o lugar da Amazônia no panorama nacional continua sendo como aquele lugar alienígena, exótico, verde, ali... O inferno verde”. Essa narrativa reflete uma visão pater-

nalista na qual é ‘necessário trazer esses índios para a civilização ou articular o país’. Várias pessoas estudam o país em Bogotá e depois vão para as regiões para entendê-las”, acrescenta.

Essa visão de Bogotá, ou de fora dos territórios, levou a uma generalização que nos impede de ver a especificidade dos problemas de uma agenda jornalística em cada departamento, município ou corregimento. Por exemplo, os conflitos socioambientais em Putumayo, derivados da exploração de petróleo, diferem das consequências da pecuária extensiva em Caquetá. Portanto, é fundamental abandonar as generalizações e os preconceitos sobre a Amazônia e seus habitantes e dar voz àqueles que vivem e conhecem as diferentes regiões amazônicas.

Diever Cañas, líder da OPIAC e agora parte da equipe de trabalho do deputado indígena Julio Cesar Estrada, enfatiza a necessidade de entender a complexidade da Amazônia e reconhecer os diversos atores e interesses em jogo na região, não apenas como uma questão de interesse político: “A Amazônia tem diferentes bordas, diferentes faces, mas é uma complexidade. Ela representa uma complexidade de atores, interesses, atores institucionais, atores armados ilegais que estão no território com diferentes propósitos”. Em sua opinião, embora haja um interesse crescente nessa região, “ainda temos um longo caminho a percorrer para nos representarmos, para nos vermos como o que somos: um país amazônico”.

Para enfrentar essas limitações, é essencial incorporar as narrativas locais, especialmente as dos povos indígenas, na cobertura da mídia sobre a Amazônia, como afirma Edilma Prada, jornalista e fundadora do meio de comunicação *Agenda Propria*. “Não é possível produzir histórias sobre a Amazônia sem considerar, por exemplo, os contadores de histórias locais, os contadores de histórias indígenas e sua própria maneira de contar uma história. Há uma falta de narrativas próprias desses povos indígenas na mídia. Não há autoridade espiritual indígena... não há foco no caráter vivo. O rio, os ecossistemas, são uma fonte viva. Então, se não há esse foco, estamos cobrindo mal a Amazônia”.

Além do reconhecimento dessas fontes territoriais, é necessário fortalecer seus próprios processos comunicativos. A transmissão do conhecimento ancestral dos povos indígenas, baseado em séculos de experiência na região, é fundamental para encontrar caminhos para um futuro sustentável no bioma amazônico (Brock *et al.*, 2020) e para tornar a relação das comunidades com seu território muito mais abrangente.

As formas de comunicação indígena são diversas e ocorrem em múltiplos espaços e cenários, desde a comunicação direta entre pessoas em ambientes pessoais ou comunitários, “até aquela que se evidencia no mundo dos sonhos, dos espíritos ou da natureza” (CONCIP, 2020, p. 24). Trata-se de um conjunto de práticas an-

cestrais, baseadas na oralidade, desenvolvidas pelos povos indígenas para se relacionarem entre si e com seu ambiente. Isso nos convida a entender a comunicação de uma forma mais ampla do que a que estamos acostumados no Ocidente.

Miller Burgos Jacanamejoy, um comunicador indígena da estação *Radio Waira*, em Putumayo, explica como a comunicação se manifesta em todas as áreas da vida indígena. “Por exemplo, se estamos em uma maloca e um ou dois beija-flores chegam, a maneira como eles chegam e a maneira como fazem sons, para nós, é um sinal. E isso é comunicação, porque nos traz uma mensagem. Portanto, quando um pássaro canta em determinados momentos, isso é uma mensagem de comunicação para nós. A natureza está dizendo que algo vai acontecer ou que algo está acontecendo. Interpretamos todos esses códigos e os trazemos para o nosso contexto e então dizemos: isso é comunicação”.

As comunidades indígenas veem as ferramentas tecnológicas, como o rádio e a mídia social, como um complemento para seus próprios processos de comunicação. Essas ferramentas permitem que as vozes e as histórias dos povos indígenas sejam levadas para públicos mais amplos, neutralizando sua invisibilidade na mídia tradicional e nacional.

Os comunicadores da estação de rádio da OPIAC destacam a importância de defender a vida na Amazô-

nia em todas as suas dimensões. Para eles, o principal objetivo não é apenas proteger sua natureza, seu bioma e seus recursos, mas também reconhecer e tornar visíveis os povos indígenas que foram historicamente marginalizados. “Para nós, é essencial que se fale sobre os povos indígenas, que eles se tornem visíveis, que

sejam cuidados paralelamente ao cuidado da natureza e de tudo o que outros veem como uma Amazônia. Alguns veem a natureza para defendê-la e outros veem a natureza, o subsolo e tudo o mais para explorá-la. Pedimos que os povos indígenas da Amazônia sejam levados em conta, é para isso que trabalhamos, portanto, cabe



a nós reconhecermos as lutas que ocorreram no âmbito de nossos povos.

Diferentes agendas e discursos convergem na Amazônia, bem como atores com interesses e visões opostas sobre o território e seu desenvolvimento. Os múltiplos conflitos socioambientais decorrentes da exploração dos recursos florestais exigem a participação informada das comunidades locais. A análise, o contexto e a divulgação dessas necessidades devem ser uma prioridade na discussão nacional.

Emerson Castro, de *La Marandúa*, de Vaupés, destaca a necessidade de estabelecer alianças locais entre comunicadores de todos os departamentos da região, uma ação que ele considera extremamente urgente. “Deveríamos ter (...) aliados nos seis departamentos para sermos as vozes da realidade, do que está acontecendo, do que está nos consumindo. Porque se deixarmos ou esperarmos que outras mídias privadas o façam, não vamos ver mudanças, não vamos ver transformação”.

A Amazônia está em um ponto crítico. Seu futuro depende de que as vozes de seus povos sejam ouvidas para que possamos entender as realidades que eles enfrentam, as ameaças que a cercam e a necessidade de protegê-la. A liberdade de expressão, o acesso à informação e a capacidade de se manifestar são fundamentais nestes tempos críticos, em que a inação coletiva e os erros institucionais ameaçam o futuro da humanidade.

Cobertura ambiental

“O jornalismo tem que agir de forma a contribuir, também, para soluções. Apesar do fato de que, talvez, hoje, após as mortes de Dom Phillips e Bruno Pereira, as coisas ainda estejam iguais, esperamos usar a informação para impactar decisões políticas e de proteção, não só para nós, mas também para o território e para as comunidades dessa região”.

Alexis Rufino, diretor do Amazonas em Fotos.

A ratificação de instrumentos ambientais internacionais, como o Acordo de Escazú¹⁶, atualmente em análise pela Corte Constitucional, faz parte dos valiosos esforços para garantir os direitos de acesso à informação, acesso à justiça e participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais na Colômbia (CEPAL, 2022). Entre outras coisas, as medidas garantem aos jornalistas e cidadãos ferramentas legais para que as instituições es-

¹⁶. Adotado na cidade de Escazú, Costa Rica, seu nome original é Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina (CEPAL, 2022).

tatais incorporem sistemas de informação ambiental públicos, abertos e de fácil acesso¹⁷.

As regulamentações nacionais e internacionais obrigam atualmente os Estados – neste caso, o Estado colombiano – a recolher todas as informações relacionadas com as atividades extrativistas que ocorrem nos seus territórios. Além disso, o cumprimento dessas obrigações estatais também exige que as instituições públicas, nas questões ambientais, solicitem às empresas envolvidas que forneçam informações relacionadas aos seus projetos extrativistas (RELE, 2021).

No entanto, a realidade na Colômbia mostra que o acesso às informações ambientais é um desafio. De acordo com Luisa Sánchez, advogada da ONG *Ambiente y Sociedad*, parte dessa complexidade está relacionada ao tipo de informação a ser processada. “Em minha experiência na área ambiental, as informações são fundamentais e complexas, porque as informações solicitadas para o licenciamento ambiental, ou para qualquer licença ou concessão, são informações técnicas preparadas por engenheiros ou especialistas”. Entender e traduzir essas

informações para levar em conta os efeitos do licenciamento ambiental é uma tarefa difícil.

Essas dificuldades de compreensão das informações ambientais limitam a capacidade das comunidades de participar, por exemplo, de mecanismos como a consulta prévia, uma figura reconhecida no sistema jurídico colombiano que busca proteger os direitos dos povos indígenas e seus territórios ancestrais. “Imagine se é difícil para alguém entender no mesmo idioma, como seria para um povo [indígena] ou uma comunidade que não domina totalmente a língua espanhola”.

Outro obstáculo ao acesso às informações ambientais tem a ver com a eficácia do direito de petição, um dos direitos consagrados como fundamentais na legislação colombiana. Os jornalistas costumam usá-lo para acessar fontes oficiais de informação, mas, dependendo da entidade que recebe a solicitação de informações, a resposta pode ser mais ou menos eficaz e oportuna. Em muitas ocasiões, as informações não correspondem ao que foi solicitado, ou as respostas não são claras, ou estão incompletas. Também acontece que, por motivos de competência, a solicitação é transferida para outras entidades, o que atrasa o tempo de resposta.

A esse respeito, a experiência do *Mongabay Latam*, um meio de comunicação independente que cobre questões ambientais na Amazônia, é ilustrativa. “Nas reportagens que fizemos sobre petróleo, foi muito difícil aces-

¹⁷ O Acordo de Escazú ilustra as informações ambientais que os Estados devem ter disponíveis, incluindo: “processos de avaliação de impacto ambiental; licenças ou autorizações ambientais concedidas pelas autoridades; relatórios ou estudos científicos ou técnicos elaborados por instituições acadêmicas e de pesquisa, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; e a imposição de sanções administrativas em matéria ambiental” (CEPAL, 2022).

sar informações de entidades regionais ou locais, como as Corporações Autônomas Regionais”, diz o editor David Tarazona. Na mesma linha, Dora Montero, integrante do veículo, aponta que há entidades, como a polícia, que responderam bem a algumas solicitações de informações, mas não o Ministério do Meio Ambiente, que “encaminha a solicitação para outras entidades, mas nunca responde”.

A imprensa local encontra ainda mais barreiras para acessar informações de órgãos públicos, como conta Óscar Neira, jornalista da mídia digital *Puerto Reporte*, em Florencia, Caquetá. “Quando fizemos uma reportagem sobre os recursos da pandemia, enviamos a solicitação aos 16 municípios de Caquetá para que nos mostrassem o que haviam feito nos comitês municipais de saúde. Dos 16, 13 responderam a mesma coisa: ‘vocês quem são, identifiquem-se’, como se fossem militares”.

O acesso a informações ambientais precisas determina as ações a serem tomadas e a compreensão dos desafios enfrentados pela Amazônia. Entretanto, o acesso aos dados nem sempre é fácil, como demonstram os números do desmatamento na Colômbia. A entidade encarregada de monitorar esse fenômeno no país é o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM).

Antonio Paz, jornalista da *Mongabay Latam*, denuncia os obstáculos para acessar esses dados nos últimos anos. “Antes, os relatórios [do IDEAM] tinham muito mais dados, davam muito mais cifras e você podia ver



mais coisas. Agora, tudo está oculto, os números reais estão ocultos, como se eles estivessem brincando com os números para distrair as pessoas. E se você quiser informações, terá de insistir. Sinto que, ultimamente, tem havido um bloqueio por parte do executivo da administração do IDEAM". Paz aponta uma possível explicação para essa opacidade: muitos dos recursos destinados ao território vêm da cooperação internacional e exigem resultados. "Portanto, não é do interesse do governo mostrar todos os resultados claramente".

As empresas privadas também desempenham um papel fundamental no acesso às informações ambientais. Esses agentes econômicos, que no âmbito de seus projetos causam diversos impactos no território, também têm uma série de obrigações relacionadas à publicidade e à socialização de suas atividades. Entre elas, está a obrigação de realizar consultas prévias como garantia da participação dos povos indígenas na tomada de decisões ambientais.

No entanto, a relação entre o jornalismo ambiental e as empresas tem apresentado várias tensões e conflitos. Uma das principais questões que tem concentrado essas tensões é a dos créditos de carbono, uma ferramenta legal que permite que as empresas firmem contratos diretamente com os povos indígenas para transferir recursos – e dinheiro – como forma de compensar suas atividades extrativistas em territórios amazônicos.

O jornalista Óscar Parra vivenciou as dificuldades de pesquisar esses títulos. "É uma experiência um tanto complexa porque o negócio é muito difícil de entender, e também sentimos que depende muito da imagem das empresas. Publicar coisas que tocam essas empresas, por exemplo, tem sido muito, muito complicado e a reação tem sido tremenda mídia judicial".

O assédio judicial, que envolve a judicialização de investigações jornalísticas sob o pretexto de uma causa legítima, é uma séria ameaça à liberdade de expressão. O abuso de mecanismos legais é frequentemente usado para censurar e intimidar pessoas que revelam informações de interesse público, seja como resultado da prática jornalística ou devido ao trabalho relacionado à defesa dos direitos humanos (FLIP, Artigo 19 México e América Central, 2021).

Fabián León, pesquisador do Centro de Informações sobre Empresas e Direitos Humanos (CIEDH), ressalta que "o jornalismo enfrenta uma estrutura institucional totalmente enfraquecida nos territórios, onde denunciar um crédito de carbono ou uma empresa que está comprando créditos de carbono de forma fraudulenta é a morte. Acrescente a isso o fato de que, por exemplo, por trás dos créditos de carbono existem setores do tráfico de drogas que fazem lavagem de dinheiro e apropriação de terras".

A mídia e os jornalistas locais são particularmente vulneráveis nesse contexto. Sua capacidade de cobrir

questões ambientais é limitada devido à escassez de recursos, como já vimos, e aos riscos adicionais que enfrentam ao relatar irregularidades que comprometem os próprios habitantes da região. É essencial criar estratégias de comunicação que permitam uma maior participação dos jornalistas amazônicos nos debates sobre o futuro de seu habitat e de suas comunidades, especialmente em áreas com infraestrutura de mobilidade e conectividade limitadas (Brock *et al.*, 2020).

A cobertura do meio ambiente e a consequente proteção dos ecossistemas exigem o fortalecimento dos processos de comunicação na região, permitindo que os jornalistas e comunicadores locais tenham as ferramentas e os recursos necessários para construir suas próprias histórias. “Temos os fatos sobre a Amazônia, mas faltam histórias”, diz a jornalista Sara Zuluaga em uma entrevista à *DW Akademie*. Ela acrescenta: “Queremos transmitir o quanto a Amazônia é importante para o mundo, mas esquecemos de contar as histórias fundamentais que humanizam os conflitos socioambientais” (*DW Akademie*, 2024).

Referências bibliográficas

- AIDA. (2024, enero 30). *La triple crisis planetaria: Qué es y qué soluciones existen*. Interamerican Association for Environmental Defense (AIDA). <https://aida-americas.org/es/blog/la-triple-crisis-planetaria-que-es-y-que-soluciones-existen>
- Aristizabal, D. (2021, junio 17). *Pueblos Indígenas en Aislamiento o Estado Natural en Colombia: Una historia reciente de los retos para su protección*. Amazon Conservation Team. <https://www.amazonteam.org/pueblos-indigenas-en-aislamiento-o-estado-natural-en-colombia-una-historia-reciente-de-los-retos-para-su-proteccion/>
- Bernal, J. L., Garzón, J. C., & Riveros Gomez, C. (2020). *Cultivos ilícitos y áreas protegidas del Sistema de Parques Nacionales Naturales. Por qué ha sido difícil avanzar y cuáles son las opciones*. Fundación Ideas para la Paz (FIP).
- Bock, J. (2019). *Caminando entre desiertos. En Periodismo Roto: viaje por las grietas de la información en Colombia* (pp. 12–20). Fundación para la Libertad de Prensa.
- _____. *Cartografías de la información, un viaje por las grietas del periodismo en Colombia. En Periodismo Roto: viaje por las grietas de la información en Colombia* (pp. 8–11). Fundación para la Libertad de Prensa
- Brock, N., Cornejo, F., Robayo, C., & Valencia, M. C. (2020). *Amazonía - el desafío de comunicar la diversidad. Los casos de Colombia, Ecuador y Perú*. DW Akademie. <https://akademie.dw.com/es/amazonia-el-desaf%C3%A3o-de-comunicar-la-diversidad-los-casos-de-colombia-ecuador-y-per%C3%BA/a-54899438>
- CEPAL. (2022). *Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe*. <https://hdl.handle.net/11362/43595>

- Clerici, N., Armenteras, D., Kareiva, P., Botero, R., Ramírez-Delgado, J. P., Forero-Medina, G., Ochoa, J., Pedraza, C., Schneider, L., Lora, C., Gómez, C., Linares, M., Hirashiki, C., & Biggins, D. (2020). *Deforestation in Colombian protected areas increased during post-conflict periods*. *Scientific Reports*, 10(1), 4971. <https://doi.org/10.1038/s41598-020-61861-y>
- CONCIP. (2020). *Manual de Buenas Prácticas para la difusión de contenidos relacionados con Pueblos Indígenas*. Comisión Nacional de Comunicación de los Pueblos Indígenas.
- Crisis Group. (2023). *Crímenes contra el clima: violencia y deforestación en la Amazonía*. <https://www.crisisgroup.org/es/latin-america-caribbean/brazil-colombia/crimes-against-climate-violence-and-deforestation-amazon>
- Cuchia Usa, J. A. (2022). *Identificación de conflictos socioambientales en el Parque Nacional Natural La Paya mediante el análisis de variables geográficas durante el período 2015-2020*. <https://ridum.umanizales.edu.co/handle/20.500.12746/6040>
- Defensoría del Pueblo. (2024). *Alerta Temprana No. 007 - 24*.
- DW Akademie. (2024, febrero 1). *Periodismo ambiental en la Amazonía: un viaje a la raíz de los conflictos socioambientales*. DW.COM. <https://www.dw.com/es/periodismo-ambiental-en-la-amazon%C3%ADa-un-viaje-a-la-ra%C3%ADz-de-los-conflictos-socioambientales/a-67876936>
- Fundación Ideas para la Paz (FIP), adelphi, & WWF Alemania. (2021). *Un clima peligroso: Deforestación, cambio climático y violencia contra los defensores ambientales en la Amazonía colombiana*. WWF Alemania.
- Fundación para la Libertad de Prensa, & Artículo 19. (2021). *Leyes del silencio. Informe acoso judicial en México y Colombia*.
- Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP). (2022, octubre 14). *Absolución de posible cómplice en el homicidio del periodista Luis Peralta genera impunidad*. <https://flip.org.co/pronunciamientos/absolucion-de-possible-complice-en-el-homicidio-del-periodista-luis-peralta-genera-impunidad>

- Giraldo, M., Ramírez J., J. C., & Galán, A. (Eds.). (2013). *Amazonia posible y sostenible*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Instituto SINCHI. (2022). *Región Amazónica colombiana*. SIAT-AC. <https://siatac.co/la-amazonia-colombiana/>
- Lizcano, M. (2024). “*La conectividad para Leticia mejora o mejora*”. Recuperado el 19 de marzo de 2024, de <https://www.mintic.gov.co/portal/inicio/Sala-de-prensa/Noticias/334437:La-conectividad-para-Leticia-mejora-o-mejora-Ministro-Mauricio-Lizcano>
- Meisel Roca, A., Bonilla, L., & Sánchez Jabba, A. (2013). *Geografía económica de la Amazonía colombiana. Documentos de trabajo sobre economía regional*, 193, 1–119.
- MinTIC. (2023). Boletín Trimestral de las TIC. Tercer trimestre de 2023. Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicaciones de Colombia
- Min Transporte. (2022). *Plan Maestro Fluvial 2022*. Ministerio de Transporte.
- Quintero Agámez, C. (2019). “*Con una mano pregunto, con la otra cobro” Una trampa que tiene en jaque a los medios. En Periodismo Roto: viaje por las grietas de la información en Colombia* (pp. 44–49). Fundación para la Libertad de Prensa.
- Relatoría Especial sobre Libertad de Expresión de la Organización de Estados Americanos (OEA) - RELE. (2021). *Guía para el Acceso a la Información Ambiental en Contextos de Industrias Extractivas de Minería e Hidrocarburos*.
- TerriData. DNP. (2024). Recuperado el 19 de marzo de 2024, de <https://terridata.dnp.gov.co/index-app.html#/perfiles/91000>
- WWF. (2017, agosto 5). *Amazonas: un patrimonio compartido*. Recuperado el 19 de marzo de 2024, de <https://www.wwf.org.co/en/?310350/Amazonas-un-patrimonio-compartido>



Conclusões

Abordar a Amazônia colombiana e brasileira requer o reconhecimento de complexidades políticas, sociais, econômicas e ambientais específicas. Esses obstáculos comuns incluem a infraestrutura precária de transporte e comunicação, a interferência de atores políticos e econômicos e a presença de estruturas criminosas.

Nesse contexto, o jornalismo na Amazônia enfrenta desafios significativos, como a censura, a insegurança no trabalho e a violência contra jornalistas que cobrem questões ambientais e sociais na região. Os jornalistas nos departamentos da Amazônia trabalham em uma situação evidente de falta de pro-

teção. Os jornalistas locais geralmente se encontram “entre a espada e a parede”, tendo que escolher entre aceitar financiamento de atores políticos e grandes empresas, o que compromete sua independência e a cobertura de questões sensíveis (especialmente aquelas relacionadas à política, direitos humanos e meio ambiente), ou enfrentar a instabilidade e a escassez financeira com o risco de encerrar projetos e investigações por falta de dinheiro. A dependência da mídia local em relação à publicidade compromete sua independência e limita sua cobertura de questões críticas sobre governos e órgãos públicos.

Todas as vozes entrevistadas neste relatório concordam que o acesso a informações relevantes e de qualidade é um elemento central para que a população amazônica participe de forma justa dos processos de tomada de decisões ambientais. Grande parte dessa tarefa requer o fortalecimento dos processos de comunicação local, bem como a promoção de novos canais em que as narrativas locais sejam as protagonistas. Esses testemunhos apontam para a importância de abandonar as generalizações e os preconceitos sobre a Amazônia e seus habitantes, dando voz aos povos indígenas e às comunidades locais que conhecem as diferentes realidades da região, para uma cobertura de mídia mais inclusiva e representativa.

Apesar dos esforços para estabelecer diálogos com grupos armados (no caso da Colômbia), a segurança dos jornalistas continua sendo uma séria ameaça. O jornalista

mo, enfraquecido pela violência, pela falta de recursos e pelos problemas estruturais da região, muitas vezes recorre à autocensura como forma de proteção. Nesse contexto, fica evidente a ausência do Estado, tanto brasileiro quanto colombiano, que não age em tempo hábil diante dos ataques à imprensa e não oferece políticas de proteção que poderiam tornar a profissão mais segura para os jornalistas.

É fundamental que as autoridades e instituições estatais reconheçam seu dever de garantir os direitos de acesso à informação e à liberdade de expressão. Esse reconhecimento implica a implementação de estratégias, políticas públicas e leis que visem a garantir os direitos dos jornalistas, bem como seu exercício na região. Da mesma forma, a colaboração do setor privado e dos doadores internacionais é necessária para melhorar as condições do jornalismo na região. Nesse contexto, o financiamento estrangeiro pode ser uma oportunidade para fortalecer o jornalismo local, desde que seja implementado de forma transparente e que a participação das comunidades na produção de notícias seja garantida.

A seguir, apresentamos uma série de recomendações dirigidas a diferentes atores, tanto brasileiros quanto colombianos, com o objetivo comum de fortalecer o jornalismo na Amazônia.

Recomendações

Ao Estado brasileiro e colombiano:

- Que aprimore e reforce políticas de proteção a jornalistas e comunicadores ameaçados e vítimas de ataques em razão do exercício da profissão, considerando as particularidades e perigos de trabalhar com jornalismo na região amazônica.
- Que construa um marco regulatório que garanta a proteção e segurança necessária para o exercício do jornalismo no país, como parte de seus esforços para garantir o desenvolvimento sustentável e combater a emergência climática.
- Que desenhem programas de educação midiática, apropriação tecnológica e capacitação de comunicadores no acesso à informação para combater a desinformação na Amazônia.
- Criar incentivos e apoios económicos, a partir da ordem central, que permitam aliviar os encargos financeiros dos meios de comunicação locais cujo trabalho é limitado pelas condições económicas a que estão sujeitos.
- Que promovam políticas públicas e ações concretas para melhorar a conectividade nos territórios. Esses projetos devem ser ambientalmente sustentáveis e

acompanhados da participação ativa e consensual das comunidades. A implementação de energias alternativas, a instalação de antenas de satélite e a gestão comunitária de redes de internet são alguns exemplos que podem ajudar a melhorar as condições de comunicação na região.

Aos agentes estatais na Colômbia e no Brasil:

- Que não violem a liberdade de imprensa em seus estados e que não usem sua posição de poder para atacar ou incentivar ataques a jornalistas, comunicadores e meios de comunicação.
- Que respeitem o papel fiscalizador do jornalismo e não interfiram em investigações e coberturas que sejam de interesse público.
- Que contribuam para o exercício do jornalismo na região fornecendo informações públicas, conforme garantido pela Lei de Acesso à Informação, e atuandoativamente pela proteção de jornalistas em risco e investigação de casos de violências contra esses profissionais.

Às redações e empresas jornalísticas:

- Que desenvolvam e adotem protocolos de segurança adequados e mandatórios para coberturas que envolvem a região amazônica, oferecendo suporte

e orientação para seus colaboradores, sejam eles contratados como pessoas físicas ou jurídicas, incluindo *freelancers* e outros trabalhadores envolvidos na produção de conteúdo jornalístico.

- Aos meios de comunicação de fora do território que atualmente cobrem a Amazônia: que estabeleçam vínculos com comunicadores locais para a produção colaborativa de informações. Isso para evitar a reprodução de estereótipos negativos sobre a Amazônia e seus habitantes.

Aos jornalistas, comunicadores e outros profissionais da imprensa:

- Que estejam atentos às medidas de segurança e protocolos elencadas pelas redações e por organizações da sociedade civil, fiquem atentos à análise de risco das pautas que cobrem e tendo em mente a necessidade de manter equipes de suporte bem informadas durante coberturas e investigações em campo.
- Que levem em conta as complexidades da região amazônica ao cobrir assuntos que envolvam sua população, seu território e suas dinâmicas políticas, sociais, estruturais e econômicas, a fim de não reproduzir estereótipos e meias verdades.

Aos doadores internacionais:

- Que a implementação de estratégias de financiamento de mídia seja em cascata e envolva a participação das comunidades amazônicas.



A B R A J I

